

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# O Acordo Tácito: Por que a pauta do aborto mobiliza tanto o golpismo?

Lucas de Carvalho de Amorim

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14570>

Submetido em: 2025-12-12

Postado em: 2026-02-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Julian Borba (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0149-6533>)
- Lígia Lüchmann (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2622-2106>)
- Sandra Caponi (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8180-944X>)

O Acordo Tácito: Por que a pauta do aborto mobiliza tanto o golpismo?

The Tacit Agreement: Why does the abortion issue do powerfully mobilize authoritarian backsliding?

El Acuerdo Tácito: ¿Por qué la agenda del aborto moviliza con tanta fuerza al golpismo?

Lucas de Carvalho de Amorim

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

<https://orcid.org/0000-0001-7413-6195>

**RESUMO:** Por que o aborto assume papel tão central nas estratégias de mobilização autoritária? O artigo sustenta que essa centralidade decorre de um acordo tácito: elites autoritárias se comprometem a resguardar hierarquias privadas, sobretudo a autoridade masculina, e recebem, em contrapartida, apoio para concentrar poder estatal. A religião fornece parte importante do vocabulário moral, mas não explica o nexo entre rejeição à legalização do aborto e disposição golpista, que deriva desse pacto que articula esfera pública e privada. Com dados do ESEB 2022 e estratégias quase-experimentais, demonstra-se que atitudes sobre o aborto funcionam como marcador independente da pulsão golpista, a qual influenciou o voto em Bolsonaro em 2022. Desse modo, a controvérsia em torno da pauta não é apenas disputa moral: constitui peça central da engenharia política do autoritarismo contemporâneo.

Palavras-chave: aborto; autoritarismo; backlash antigênero; golpe de Estado; sinais das elites.

**ABSTRACT:** Why does abortion occupy such a central place in authoritarian mobilization strategies? This article argues that its centrality stems from a tacit agreement: authoritarian elites pledge to safeguard private hierarchies, above all, male authority, and, in return, receive support to concentrate state power. Religion provides much of the moral vocabulary, but it does not account for the link between opposition to abortion legalization and pro-coup dispositions, that link emerges from the pact that binds together the public and private spheres. Using data from the 2022 ESEB and quasi-experimental strategies, the analysis shows that attitudes toward abortion operate as an independent marker of pro-coup impulses, which, in turn, shaped the vote for Bolsonaro in 2022. Thus, the abortion controversy is not merely a moral dispute: it constitutes a core component of the political engineering of contemporary authoritarianism.

Keywords: Abortion; Authoritarianism; Anti-gender backlash; Coup support; Elite cues.

**RESUMEN:** ¿Por qué el aborto ocupa un lugar tan central en las estrategias de movilización autoritaria? El artículo sostiene que esta centralidad deriva de un acuerdo tácito: las élites autoritarias se comprometen a resguardar jerarquías privadas, sobre todo la autoridad masculina, y reciben, a cambio, apoyo para concentrar el poder estatal. La religión provee buena parte del vocabulario moral, pero no explica el nexo entre el rechazo a legalización del aborto y la disposición golpista, ese vínculo emerge del pacto que articula las esferas pública y privada. Con datos del ESEB 2022 y estrategias cuasi-experimentales, se demuestra que las actitudes hacia el aborto funcionan como un marcador independiente de la pulsión golpista, la cual influyó en el voto a Bolsonaro en 2022. Así, la controversia en torno a la agenda no es simplemente una disputa moral: constituye una pieza central de la ingeniería política del autoritarismo contemporáneo.

Palabras clave: aborto; autoritarismo; backlash antigênero; golpe de Estado; señales de las elites.

*“Outros valores fundamentais para a sociedade brasileira, com reflexo na pauta dos direitos humanos, são a defesa da família, do direito à vida desde a concepção, à legítima defesa e o repúdio à ideologia de gênero. (...). Neste 7 de setembro, o Brasil completou 200 anos de história como nação independente. Milhões de brasileiros foram às ruas, convocados pelo seu presidente, trajando as cores da nossa bandeira. Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país, um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade.”*  
Discurso do Ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro, na "Abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas" em 2022

Apesar dos avanços na literatura sobre conservadorismo moral e backlash antigênero (Faludi, 1991; Kimmel, 2013; Biroli, 2018) e do reconhecimento de que o aborto ocupa lugar central na chamada guerra cultural (Hunter, 1991), ainda faltam explicações sistemáticas e empiricamente sustentadas para entender por que justamente esse tema, entre tantos possíveis, se mostra tão funcional às estratégias de mobilização autoritária. Em contextos em que a opinião pública se torna mais liberal em temas relacionados à moralidade sexual (Moreira da Silva, 2017; Borba, Silva & Amorim, 2024), seria plausível esperar que o assunto perdesse tração política, não que se convertesse em um dos principais eixos de legitimação de projetos antidemocráticos contemporâneos.

Por que a pauta da legalização do aborto funciona como um recurso tão eficaz para catalisar apoio a soluções autoritárias? Argumento que sua força não deriva apenas do debate pró-vida ou de vínculos com a religião, como usualmente suposto, mas sim de sua capacidade de sinalizar um acordo tácito entre elites autoritárias e segmentos conservadores, pelo qual a legitimidade para impor hierarquias públicas antidemocráticas é trocada pela promessa de preservar hierarquias privadas de gênero. Esse mecanismo, proponho, é central para compreender o nexos entre rejeição ao aborto legal e pulsão golpista.

O Brasil contemporâneo oferece um terreno particularmente fértil para analisar como a pauta do aborto legal se converte em instrumento de mobilização autoritária. No ciclo bolsonarista (2019–2022), especialmente nas campanhas de 2018 e 2022, o tema ganhou centralidade ao articular um discurso moral que aproximou lideranças iliberais e segmentos conservadores, funcionando como sinal de convergência entre “ordem pública” e “ordem familiar”. A tentativa de ruptura institucional de 8 de janeiro de 2023 evidenciou que essa dinâmica extrapolou a retórica eleitoral: valores condensados no debate sobre gênero e reprodução foram acionados

para justificar tolerância ao autoritarismo e organizar coalizões dispostas a aceitar a concentração de poder estatal.

Esse processo integra um padrão transnacional em que líderes populistas moralizam direitos reprodutivos para reforçar identidades hierárquicas e oferecer respostas simbólicas a ansiedades sociais latentes (ver Gusfield, 1981). No caso brasileiro, porém, ele assume contornos específicos devido à associação direta com grupos religiosos, cuja capilaridade organizativa sustenta uma política emocional marcada por ressentimento de gênero e desejo de restaurar a autoridade masculina (Biroli, 2018; Machado, 2015). À luz desses elementos, o contexto nacional não apenas esclarece o mecanismo teórico discutido — o acordo tácito que conecta hierarquias públicas e privadas —, como oferece uma oportunidade empírica particularmente expressiva para observar a instrumentalização do aborto legal na sustentação de projetos antidemocráticos.

Para testar a hipótese do acordo tácito, utilizo o Estudo Eleitoral Brasileiro de 2022 (ESEB), survey pós-eleitoral nacional e probabilístico que permite observar, ao fim do ciclo bolsonarista, como atitudes sobre aborto se conectam à disposição golpista e ao comportamento eleitoral. Primeiro, construo medidas dicotômicas de oposição ao aborto legal e estimo um fator latente de adesão ao golpismo a partir de três cenários de justificação de golpe, captando a orientação autoritária subjacente. Em seguida, examino os determinantes sociais e identitários dessas atitudes por meio de regressões lineares com coeficientes padronizados, o que permite avaliar em que medida ambas se ancoram em perfis semelhantes, o que pode explicar a vinculação quase automática entre a pauta do aborto e a questão religiosa.

Posteriormente, aplico *nearest neighbor matching* para criar uma amostra balanceada na qual opositores e não opositores ao aborto legal possuem características equivalentes, reduzindo a confusão com os âmbitos religioso, ideológico e sociodemográfico. Sobre essa amostra, estimo modelos de equações estruturais que especificam o encadeamento aborto → golpismo → voto em Bolsonaro, quantificando o efeito indireto da rejeição ao aborto legal, indicador de apego a hierarquias patriarcais, sobre o apoio a um líder autoritário, mediado pela adesão ao golpismo. A articulação entre análise fatorial, regressões, pareamento e modelos estruturais permite decompor o nexos entre atitudes em relação ao aborto, pulsão golpista e comportamento eleitoral, oferecendo um teste robusto da tese de que a pauta do aborto opera como sinal de um acordo tácito que vincula a defesa de hierarquias privadas de gênero à legitimação de hierarquias públicas autoritárias, acordo que, em contextos democráticos, se materializa através de escolhas eleitorais.

A análise empírica mostra que tanto a oposição à legalização do aborto quanto a adesão ao golpismo derivam de um mesmo núcleo normativo, sustentado por religiosidade engajada e orientação à direita. Os modelos de regressão mostram ainda que a rejeição ao aborto legal é mais frequente entre indivíduos mais velhos e menos escolarizados. Essa convergência de determinantes ajuda a explicar por que, no imaginário político contemporâneo, a pauta do aborto aparece subsumida a esse “pacote” valorativo, sobretudo ao componente religioso, e não é percebida como questão com efeito autônomo.

O pareamento confirmou que a posição sobre o aborto legal exerce efeito independente sobre a adesão ao golpismo, e os modelos de equações estruturais mostram que essa disposição autoritária elevou substancialmente a probabilidade de votar em Bolsonaro em 2022. Em conjunto, os resultados corroboram a hipótese do “acordo tácito”: a pauta do aborto opera como marcador simbólico de compromisso com hierarquias de gênero que alimentam predisposições autoritárias e, por essa via, moldam escolhas eleitorais no Brasil contemporâneo.

Os achados desse artigo avançam em diversas frentes das Ciências Sociais empíricas. Primeiro, ao mostrar que a oposição ao aborto exerce efeito independente sobre a disposição golpista mesmo após controlar religiosidade, ideologia e perfis sociodemográficos, o estudo desvincula a pauta reprodutiva de explicações estritamente religiosas e evidencia seu papel como sinal de compromisso com hierarquias de gênero. Isso implica que atitudes sobre aborto são, empiricamente, marcadores mais diretos e informativos do que o sexo biológico para captar orientações normativas estruturadas pelo patriarcado, uma contribuição substantiva para a mensuração de atitudes de gênero em pesquisas comportamentais.

Além disso, ao integrar regressões, análise fatorial, pareamento e modelos estruturais, o artigo mostra que o aborto funciona como elo entre a defesa de hierarquias privadas e a adesão a soluções autoritárias, contribuindo para debates sobre backlash, autoritarismo e guerras culturais. Por fim, ao mostrar que parte expressiva do impacto eleitoral da adesão ao golpismo é mediada por essa atitude moral específica, o estudo evidencia como o tema do aborto serve para organizar coalizões antidemocráticas, oferecendo uma lente inovadora para compreender a instrumentalização política do gênero em democracias ameaçadas.

O artigo se organiza em quatro blocos. A primeira seção apresenta o arcabouço teórico que conecta gênero, moralidade reprodutiva e autoritarismo, delineando o mecanismo do acordo tácito. Em seguida, descrevo os dados e a estratégia metodológica, detalhando a operacionalização das variáveis e o uso de análise fatorial, regressões, pareamento e modelos estruturais. A terceira seção reúne os resultados, examinando os determinantes da oposição ao aborto legal e da adesão ao golpismo, bem como o efeito independente da pauta reprodutiva

sobre disposições autoritárias e comportamento eleitoral. A conclusão sintetiza as implicações teóricas e substantivas dos achados, discute limitações e destaca como disputas em torno da pauta do aborto organizam anseios pela manutenção ou estabelecimento de hierarquias privadas e públicas em democracias sob ameaça autoritária.

## **Ressentimento masculino e o *backlash* antigênero**

Ao longo da última década, difundiu-se no Brasil e em outros países a percepção de que as pessoas estariam se tornando mais conservadoras, especialmente quanto à emancipação feminina. As evidências, porém, apontam o contrário: pesquisas longitudinais mostram que a opinião pública brasileira tem se tornado mais liberal em temas morais como aborto e divórcio (Moreira da Silva, 2017; Borba, Silva e Amorim, 2024; Borba et al., 2025).

Fenômeno semelhante ocorreu nos Estados Unidos no final do século XX. Mesmo quando se supunha maior autonomia e igualdade para as mulheres, difundiu-se a ideia de que estariam mais infelizes e atribuindo essa frustração ao feminismo. A investigação empírica, porém, mostrou que essa narrativa do “fracasso feminista” era um mito midiático e cultural, sem sustentação social (Faludi, 1991).

Susan Faludi (1991) identifica esse fenômeno como efeito do *backlash*: um contra-ataque de homens em crise econômica e identitária, que veem avanços feministas como ameaça a estruturas tradicionais de poder. Esse movimento reativo busca frear conquistas e bloquear a igualdade justamente quando ela se torna mais palpável. No Brasil, não é casual que a percepção de avanço do conservadorismo moral tenha emergido junto ao mandato e à posterior deposição da primeira mulher a ocupar a Presidência, Dilma Rousseff.

Essa contra-mobilização masculina se manifesta de forma particularmente estridente e carregada de raiva. Embora pareça contraditório, afinal, envolve sobretudo homens, especialmente brancos, que ocupam posições privilegiadas, essa raiva é palpável. Michael Kimmel (2013) atribui o fenômeno, sobretudo, à sensação de perda de status: muitos acreditam que empregos, respeito e autoridade, historicamente vistos como “direitos naturais”, estão lhes sendo retirados. Trata-se, em grande medida, de uma ameaça simbólica, pois, mesmo mantendo posições vantajosas, interpretam os avanços de mulheres e minorias como prejuízos pessoais. Kimmel argumenta que essa frustração, embora difusa, é politicamente canalizada por lideranças que convertem inseguranças econômicas em ressentimento cultural. Esse sentimento de masculinidade ferida atravessa diferentes estratos sociais, de trabalhadores precarizados a profissionais liberais e pequenos empresários, criando uma continuidade entre extremistas e

“pessoas comuns”, todos mobilizados por uma gramática emocional fundada no “sentimento de direito lesado”. A raiva torna-se, assim, um mecanismo para administrar humilhações percebidas, convertendo frustrações cotidianas em narrativas de injustiça moral sintetizadas na ideia de que “tomaram o que era meu por direito”.

Essa concepção de um direito natural masculino e branco não é casual. A masculinidade não é essencial, mas um conjunto de práticas socialmente produzidas, historicamente situadas e organizadas em hierarquias. Com base em pesquisas etnográficas, Raewyn Connell (1995) mostra que múltiplas masculinidades estruturam relações de poder entre homens e entre homens e mulheres. Entretanto, a masculinidade hegemônica funciona como ideal cultural que legitima a ordem patriarcal, enquanto outras masculinidades são reguladas, estigmatizadas ou mobilizadas para preservá-la. Instituições como escola, mercado de trabalho e esportes reproduzem essas práticas e, em contextos de crise, tornam mais visíveis respostas defensivas e, por vezes, violentas. Assim, masculinidades são construídas, hierarquizadas e politizadas para sustentar desigualdades de gênero.

Embora o ressentimento masculino seja um motor central do backlash, seus efeitos não se restringem aos homens. Muitas mulheres também aderem a projetos voltados à restauração de hierarquias de gênero, participando da defesa de valores tradicionais e da oposição às pautas feministas. Historicamente, mulheres tiveram papéis decisivos em movimentos conservadores e até extremistas, atuando como guardiãs morais da ordem doméstica e reprodutoras de ideologias patriarcais (Spain, 1992; Blee, 2002). No antifeminismo contemporâneo, Faludi (1991) já mostrava que segmentos femininos internalizam narrativas que atribuem ao feminismo frustrações cotidianas. A adesão feminina a pautas reacionárias não ocorre apesar do patriarcado, mas porque esses projetos oferecem estabilidade moral, segurança identitária ou preservação de privilégios relativos, recursos especialmente sedutores em contextos de crise social (Farris, 2017; Cooper, 2017).

Diante desse cenário, torna-se evidente que o ressentimento masculino e o backlash antigênero não são meros subprodutos de transformações sociais, mas recursos políticos mobilizados e continuamente reativados por atores com interesses próprios. A combinação entre sensação de perda de status, narrativas de humilhação simbólica e idealizações da masculinidade hegemônica cria um terreno fértil para alianças autoritárias que prometem restaurar antigos marcadores de dominação. Contudo, se esse repertório emocional pode ser acionado em múltiplas esferas — trabalho, família, sexualidade, moralidade —, permanece a questão central deste artigo: por que, entre tantos temas possíveis, é precisamente o aborto que se torna o ponto focal dessa contra-mobilização?

## **Aborto como marcador moral e instrumento de mobilização política**

A literatura mostra que a controvérsia sobre a legalização do aborto vai além da discussão biológica sobre o status do embrião. Trata-se de um embate entre concepções de pessoa, gênero, família e moralidade, enraizadas em valores considerados sagrados e, portanto, não negociáveis. As posições dos atores não derivam sobretudo de argumentos racionais, mas de mundos sociais distintos que moldam percepções sobre vida e morte, maternidade, autoridade e acesso a recursos simbólicos e materiais (Luker, 1984).

O conflito entre posições pró-vida e pró-escolha não se explica apenas por diferenças de classe, religião, status ou identificação de gênero. Ele decorre sobretudo de visões profundamente distintas sobre gênero, maternidade e, sobretudo, sobre o lugar das mulheres na ordem social. Ativistas de ambos os lados reinterpretem suas trajetórias, especialmente crises reprodutivas e mudanças familiares, por meio do engajamento político, usando a militância para conferir coerência a experiências pessoais de transição e tensão (Ginsburg, 1989).

Apesar da profundidade do debate, a literatura mostra que a disputa sobre a legalização do aborto tem alcance muito mais amplo que o procedimento em si (Ziegler, 2018). Em diferentes contextos, o tema opera como marcador identitário que organiza pertencimentos políticos, distinguindo defensores de uma “ordem moral tradicional” daqueles percebidos como sua ameaça. Esse processo converte o aborto em símbolo condensado de disputas sobre autoridade, família e papéis de gênero, funcionando como *boundary marker* entre projetos societários incompatíveis (Ginsburg, 1989; Luker, 1984). A literatura sobre campanhas antigênero indica ainda que o tema é apropriado por atores conservadores como parte de um repertório voltado à restauração de hierarquias apresentadas como naturais, conectando preocupações morais a narrativas mais amplas de crise social (Kuhar & Paternotte, 2017).

Assim, o aborto é mobilizado politicamente para dar forma a ansiedades ligadas às transformações da família, à autonomia feminina e à redistribuição simbólica de autoridade entre os gêneros. Nessas disputas, o foco não é o procedimento, mas o que ele simboliza: a possível desestabilização de um arranjo social baseado na primazia masculina. A oposição à legalização do aborto frequentemente condensa valores de hierarquia, disciplina moral e defesa da família heteronormativa, tornando-se um veículo privilegiado de expressão de preferências autoritárias na esfera pública (Norris & Inglehart, 2019).

Tomadas em conjunto, as duas dinâmicas — o *backlash* antigênero e o papel do aborto como marcador moral das disputas sobre gênero e autoridade — revelam um mesmo campo de

batalha simbólico. O *backlash* cultural descrito por Faludi (1991) e Kimmel (2013) ganha força justamente porque encontra, na pauta do aborto, um signo capaz de condensar inseguranças identitárias, ansiedades familiares e projetos de restauração hierárquica. Do mesmo modo, o poder mobilizador do tema deriva não apenas de sua carga moral e religiosa, mas de sua ressonância entre grupos que se percebem ameaçados pela erosão da ordem patriarcal e buscam, na política, garantias de preservação de sua autoridade cotidiana.

É nesse ponto de convergência, onde frustrações privadas se articulam a promessas de força estatal, que se compreende por que a pauta do aborto opera como elo entre a defesa de hierarquias públicas e privadas. O tema não expressa apenas concepções sobre o início da vida ou tradições religiosas: funciona como pista autoritária que sinaliza ao eleitor que apoiar líderes dispostos a concentrar poder implica reforçar a ordem de gênero que o favorece. Essa articulação, um acordo tácito entre elites iliberais e setores conservadores, é a hipótese examinada neste artigo.

## **Gênero, aborto e religião: o caso brasileiro**

A literatura brasileira sobre relações de gênero é ampla, mas destaca-se, para este trabalho, o argumento de Flávia Biroli (2018). A autora mostra que a democracia no Brasil permanece limitada pela separação problemática entre esferas pública e privada, que oculta como relações domésticas moldam oportunidades e desigualdades políticas. O patriarcado, longe de esgotado, reinventa-se nas instituições, na divisão sexual do trabalho, no cuidado, na autoridade familiar e no controle da sexualidade e da reprodução. Mesmo diante de transformações sociais, emergem reações conservadoras — sobretudo religiosas — que buscam restaurar padrões hierárquicos em família, gênero e aborto.

Assim, as questões de gênero se entrelaçam profundamente, na literatura nacional, ao debate sobre religião. O Brasil vive uma rápida pluralização religiosa, marcada pelo declínio do catolicismo e pela expansão evangélica (Mariano, 2011). Essa transformação gerou um capital político expressivo entre igrejas evangélicas, que passaram a liderar uma agenda moral centrada na oposição ao aborto<sup>1</sup>, às uniões homoafetivas e à flexibilização de normas familiares, impulsionando alianças parlamentares duradouras como a “bancada da bíblia”. Esse

---

<sup>1</sup> Embora dominantes na arena pública, posições contrárias à legalização do aborto não representam a totalidade do campo religioso. Tanto no catolicismo quanto no universo evangélico há movimentos que defendem a legalização e os direitos sexuais e reprodutivos, como Católicas pelo Direito de Decidir e a Frente Evangélica pela Legalização do Aborto. Essa constatação evidencia a heterogeneidade interna dessas tradições e afasta a interpretação de que constituem blocos homogêneos (ver Oliveira, 2009; Vaggione, 2005).

alinhamento político-discursivo é sustentado por uma retórica de “guerra espiritual” que orienta sua intervenção pública, reforçando posturas de intolerância em debates sobre sexualidade e dificultando avanços em direitos humanos (Machado, 2015).

A reação antigênero no Brasil, assim como em outros países da América Latina, manifesta-se por meio de um “neoconservadorismo religioso” articulado, distinto do conservadorismo tradicional por sua atuação estratégica, transnacional e adaptada às instituições democráticas (Biroli, Vaggione & Machado, 2020). O combate à chamada “ideologia de gênero” opera como cola simbólica que aproxima católicos e evangélicos, unificando repertórios morais e mobilizando amplos segmentos da população contra direitos sexuais e reprodutivos.

Embora o debate brasileiro sobre o aborto seja indissociável do enquadramento religioso, intensificado pela reorganização do campo evangélico e pela articulação transnacional de um “neoconservadorismo cristão” (Machado, 2015; Biroli, Vaggione & Machado, 2020), esse vínculo, a meu ver, não esgota o fenômeno. Como argumenta Biroli (2018), justificativas morais mobilizadas por esses atores servem sobretudo para resguardar hierarquias de gênero estruturadas na fronteira problemática entre público e privado, convertendo a moralidade religiosa em idioma eficaz para legitimar a autoridade masculina e o controle patriarcal sobre sexualidade e reprodução. Esse ponto ecoa na literatura internacional: Luker (1984) e Ginsburg (1989) mostram que a moral religiosa frequentemente funciona como superfície justificadora de disputas mais profundas sobre o lugar das mulheres na ordem social.

Assim, mesmo no Brasil, onde o enquadramento religioso é especialmente intenso, ele não deve ser tomado como explicação suficiente para o poder mobilizador do tema, ponto que busco demonstrar ao longo do artigo. A religião atua como veículo expressivo, mas não como fonte exclusiva do conflito. A pauta do aborto canaliza disposições sociais mais amplas, ligadas à restauração de hierarquias privadas e à defesa de papéis de gênero construídos para parecer naturais. É desse deslocamento interpretativo, apoiado em análises sobre patriarcado (Connell, 1995), backlash (Faludi, 1991), ressentimento masculino (Kimmel, 2013) e apropriação de pautas femininas (Farris, 2017; Cooper, 2017), que surge a proposta de examinar a pauta do aborto para além de explicações estritamente religiosas, reposicionando-o como mecanismo de manutenção de uma ordem hierárquica centrada no gênero e oferecendo uma interpretação alternativa e empiricamente inovadora para o caso brasileiro.

## **O Acordo Tácito: a rejeição ao aborto legal como sinal emitido pelas elites autoritárias**

O vínculo entre aborto e religião também aparece de forma sistemática na literatura sobre clivagens políticas na América Latina. Alejandro Moreno (1999), por exemplo, mostra que, no pós-redemocratização, a divisão tradicional entre autoritários e democratas foi gradualmente substituída por uma clivagem entre fundamentalistas e liberais. Os fundamentalistas, fortemente ancorados em valores religiosos que sustentam posições morais conservadoras, ajudam a explicar a centralidade da religião na estruturação de conflitos públicos, inclusive no debate sobre a legalização do aborto.

A persistência dessa clivagem ao longo das últimas décadas tem sido amplamente documentada pela literatura brasileira (Borba, Amorim & Silva, 2024; Borba et al., 2025). Evidências recentes indicam ainda que parte dos impulsos golpistas contemporâneos em países com passados autoritários decorre da convergência entre uma ideologia remanescente dos regimes militares, frequentemente articulada a valores fundamentalistas, e a disposição para apoiar soluções antidemocráticas (de Leeuw et al., 2021; Borba, Amorim & Borges, no prelo).

Entretanto, reconhecer que a religião organiza preferências e clivagens não implica concluir que o vínculo entre atitudes sobre aborto e golpismo seja, em essência, determinado pela fé, nem que a pauta seja, por isso, incontornável. A associação entre aborto e religião existe e já foi demonstrada empiricamente, mas opera sobretudo como superfície justificadora para parte expressiva do eleitorado. Como mostram Biroli (2018) e a literatura sobre neoconservadorismo religioso no Brasil (Biroli, Vaggione & Machado, 2020), a moralidade religiosa funciona como idioma eficaz para expressar e legitimar disputas mais profundas sobre autoridade, família e papéis de gênero. Em outras palavras, fornece a forma discursiva para conflitos que não derivam da religião, mas nela encontram terreno fértil para se acomodar e ganhar tração.

O mecanismo central proposto neste artigo é outro: o que vincula atitudes sobre aborto à disposição golpista não é a fé, mas a demanda pela manutenção de uma hierarquia de gênero. A religião funciona, para parte dos indivíduos, como repertório retórico, mas o mecanismo causal não opera apenas nesses grupos, pois reside na promessa de preservar uma ordem social desigual, interesse compartilhado independentemente da filiação religiosa. De um lado, elites autoritárias oferecem um Estado forte capaz de restaurar ou proteger estruturas hierárquicas que organizam a vida privada. De outro, segmentos conservadores retribuem com apoio a projetos que concentram poder e flexibilizam instituições democráticas, desde que o Estado assegure a continuidade das hierarquias que sustentam sua posição no mundo social.

Essa lógica é coerente com a literatura discutida — backlash (Faludi, 1991), masculinidade ressentida (Kimmel, 2013) e usurpação de pautas femininas (Farris, 2017; Cooper, 2017). O que está em disputa não é a defesa da vida nem a ruptura com normas religiosas, mas a proteção de um regime de autoridade percebido como ameaçado. Nesse contexto, a legalização do aborto torna-se o objeto ideal para comunicar esse pacto: ao rejeitá-la categoricamente, líderes autoritários sinalizam disposição para preservar hierarquias na esfera íntima, regular corpos e sexualidades e reafirmar a ordem patriarcal. Como mostram Connell (1995) e Biroli (2018), essa ordem é o alicerce simbólico que sustenta a persistente e problemática fronteira entre público e privado.

Assim, quando elites autoritárias mobilizam a pauta do aborto, oferecem um acordo tácito: o Estado se compromete a resguardar hierarquias privadas de gênero, enquanto aqueles que delas se beneficiam se dispõem a legitimar hierarquias públicas antidemocráticas. É nesse ponto de convergência — e não na religião em si — que se encontra o mecanismo que vincula atitudes contrárias ao aborto ao apoio a soluções golpistas. A religião fornece, para muitos, a gramática; o que sustenta a legitimação do golpismo é o acordo. E é esse pacto velado entre ordem doméstica e ordem estatal que explica por que a pauta do aborto se converte no sinal ideal de afinidade entre projetos autoritários no espaço público e na vida privada.

## **Dados e Metodologia**

Os dados e procedimentos analíticos apresentados nesta seção são expostos de forma sintética, em razão da variedade de técnicas empregadas. Uma descrição mais detalhada, acompanhada de análises complementares, encontra-se no apêndice metodológico. O estudo utiliza o ESEB 2022, survey pós-eleitoral nacional e probabilístico, adequado para investigar como atitudes sobre aborto se conectam ao golpismo e ao voto ao final do ciclo bolsonarista (2019-2022).

### **Operacionalização de oposição à legalização do aborto e adesão ao golpismo**

A oposição à legalização do aborto foi dicotomizada (1 = contra; 0 = a favor/depende). A adesão ao golpismo foi captada por três itens que perguntam em que circunstâncias um golpe militar seria justificável. Cada item foi dicotomizado e analisado por análise fatorial, resultando em um fator unidimensional que expressa a disposição geral a aceitar soluções de força. Os escores fatoriais compuseram a variável golpe.

## **Descrivendo os determinantes da oposição à legalização do aborto e da adesão ao golpismo**

Modelos de regressão linear com coeficientes padronizados avaliaram os preditores sociais e identitários da rejeição ao aborto e do golpismo — gênero, escolaridade, idade, classe, renda, religião, religiosidade, interesse por política e ideologia. Comparar esses modelos permite verificar se ambas as atitudes se ancoram em perfis semelhantes, o que ajuda a entender por que a pauta do aborto costuma ser vista como extensão da religiosidade conservadora.

## **Estratégia Analítica: Matching por escore propensão e modelagem por equações estruturais**

Como o survey é transversal, recorreu-se ao *propensity score matching* para aumentar a comparabilidade entre opositores e não opositores ao aborto. Utilizou-se *nearest neighbor matching*, pareando indivíduos opostos ao aborto com não opositores com perfis semelhantes nas variáveis sociodemográficas e identitárias. O procedimento gera uma amostra balanceada, reduz o viés de confusão e aproxima o desenho de um cenário quase-experimental.

A pergunta central torna-se:

- entre indivíduos estruturalmente semelhantes, rejeitar o aborto aumenta o golpismo?
- e, por consequência, aumenta a probabilidade de votar em Bolsonaro?

A hipótese do acordo tácito — aborto → golpismo → voto — é testada por meio de modelos de equações estruturais estimados na amostra pareada. O modelo assume:

1. a atitude em relação a legalização do aborto (ser contra) prediz o nível de adesão ao golpismo (escore latente alto de apoio a golpe militar);
2. a adesão ao golpismo prediz, por sua vez, a probabilidade de votar em Bolsonaro;
3. calcula-se o efeito indireto da rejeição à legalização do aborto sobre o voto, mediado pela adesão ao golpismo.

Dois modelos paralelos foram estimados (1º e 2º turno). São reportadas medidas de ajuste ( $X^2/df$ , CFI, TLI, SRMR e RMSEA).

Os modelos visam demonstrar que o aborto não se associa ao golpismo apenas via religião, ele exerce impacto direto e substantivo sobre a disposição golpista, que por sua vez aumenta o voto em Bolsonaro. Assim, rejeitar o aborto funciona como marcador de compromisso com hierarquias de gênero que sustentam preferências autoritárias. Se o efeito indireto for significativo, isso constitui evidência robusta do “acordo tácito”: o aborto opera como sinal

político que conecta a defesa de hierarquias privadas à legitimação de hierarquias públicas antidemocráticas.

Os resultados são apresentados por diagramas de caminho com coeficientes, erros-padrão, significância e medidas de ajuste, integrando regressões, análise fatorial, matching e modelos de mediação para reconstruir empiricamente o mecanismo proposto.

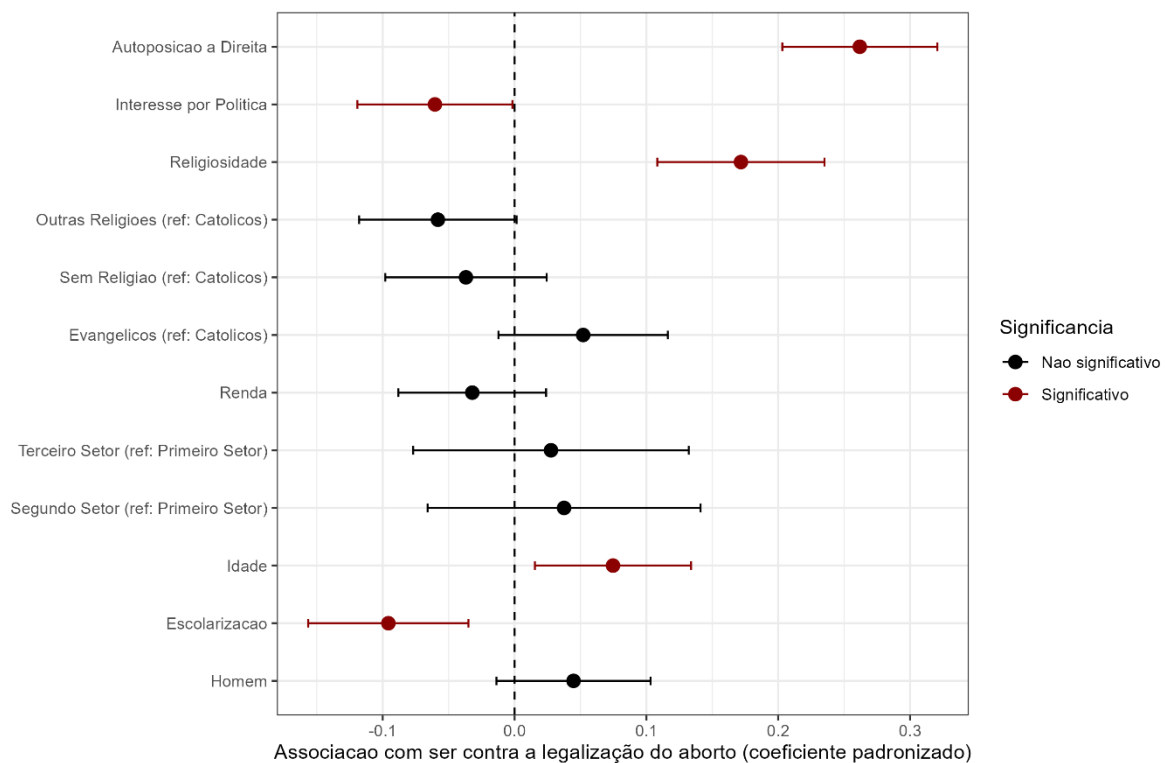
## **Resultados**

### **Descrevendo os determinantes da oposição à legalização do aborto e da adesão ao golpismo**

A seção de resultados inicia-se descrevendo as posições da opinião pública sobre a legalização do aborto e seus principais condicionantes sociais e identitários. No ESEB 2022, trata-se de um tema amplamente rejeitado: 73,7% dos entrevistados são contrários, 16,2% favoráveis e 10,1% adotam a opção intermediária “depende”.

Em seguida, estimei uma regressão linear em que a variável dependente é o indicador binário de oposição ao aborto legal, explicado por características sociodemográficas e identitárias (Gráfico 1). Os coeficientes padronizados revelam um padrão coerente com as dimensões teóricas discutidas. A rejeição ao aborto aumenta substancialmente entre indivíduos com maior engajamento religioso ( $\beta = 0,044$ ;  $p < 0,001$ ) e entre aqueles posicionados mais à direita ( $\beta = 0,031$ ;  $p < 0,001$ ). Observa-se ainda efeito da idade (oposição maior entre os mais velhos;  $\beta = 0,003$ ;  $p = 0,013$ ) e da baixa escolarização ( $\beta = -0,023$ ;  $p = 0,002$ ), indicando concentração da resistência em segmentos específicos. Por outro lado, gênero, renda e filiação religiosa não exibem efeitos significativos, reforçando que não é pertencer a uma religião específica, nem ser homem, mas a internalização de valores hierárquicos que estrutura a oposição ao aborto.

**Gráfico 1 - Determinantes sociais e identitários da oposição à legalização do aborto no Brasil**



Feito pelo autor. O gráfico apresenta os coeficientes padronizados de um modelo de regressão linear no qual a variável dependente é a oposição à legalização do aborto. Intervalos de confiança de 95% são exibidos para todos os coeficientes. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

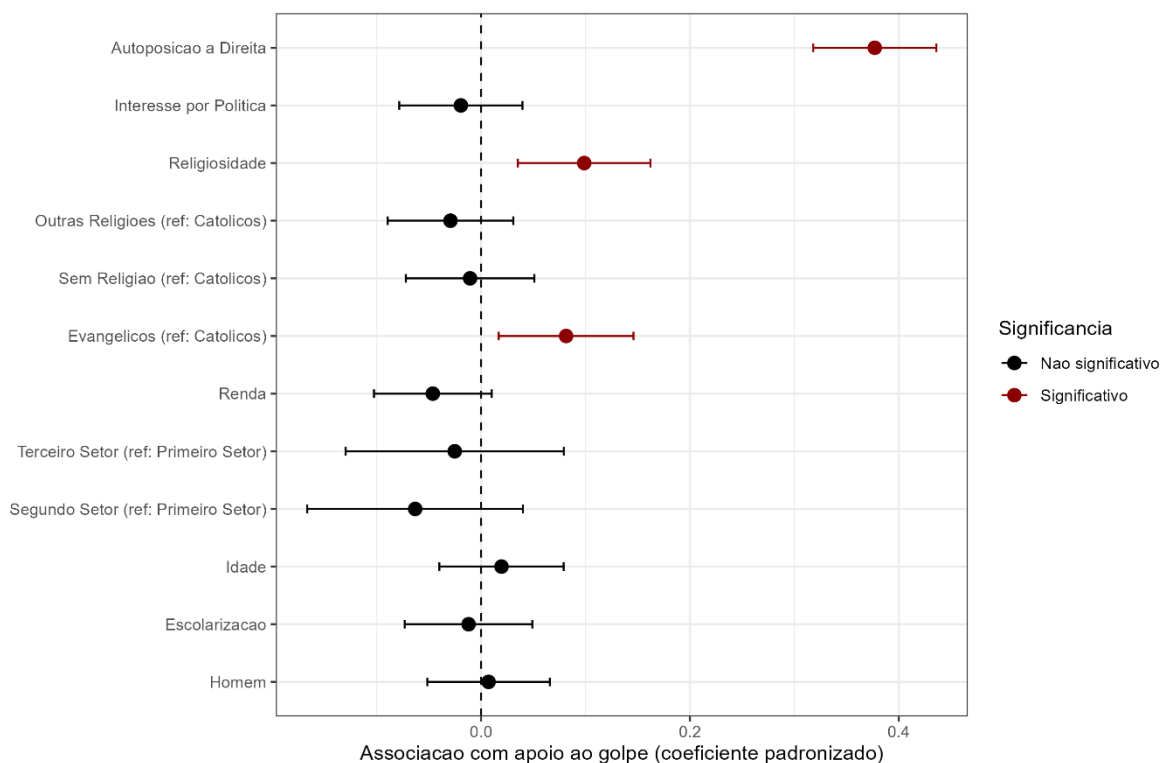
O segundo bloco de resultados examina a adesão ao golpismo e seus principais determinantes sociais e identitários. As três perguntas situacionais sobre justificativa de um golpe militar, criminalidade elevada, corrupção generalizada e instabilidade política, foram agregadas em um indicador contínuo por meio de análise fatorial com estimador de máxima verossimilhança (Tabela 1). Os diagnósticos confirmam a adequação da solução: o KMO é 0,68, satisfatório para escalas curtas, e o teste de Bartlett é altamente significativo ( $X^2 = 1809,5$ ;  $df = 3$ ;  $p < 0,001$ ), indicando correlações estruturadas entre os itens. As cargas fatoriais (0,67; 0,88; 0,69) e a variância explicada (56%) reforçam a presença de um traço autoritário unidimensional, permitindo tratar essas justificativas como expressões de uma mesma disposição a aceitar soluções de força, independentemente do cenário.

**Tabela 1 – Análise fatorial das justificativas para adesão ao golpe militar no Brasil**

Justificativa	Carga Fatorial
Criminalidade Elevada	0,67
Corrupção Generalizada	0,88
Instabilidade Política	0,69
SS Loadings	1,69
Varição Explicada	0,56
KMO	0,68
Teste de Bartlett	$p < 0,001$

Feita pelo autor. A tabela apresenta os resultados da análise fatorial de máxima verossimilhança aplicada às três variáveis que mensuram a justificativa de um golpe militar em diferentes cenários (criminalidade elevada, corrupção generalizada e instabilidade política). Análises utilizando PCA e TRI podem ser verificadas no apêndice metodológico. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

Com base nos escores fatoriais, estimei uma regressão linear em que o golpismo é explicado pelo mesmo conjunto de características do bloco anterior (Gráfico 2). Os coeficientes padronizados revelam um padrão inteiramente compatível com o mecanismo teórico proposto: a adesão a soluções de força aumenta entre indivíduos mais religiosamente engajados ( $\beta = 0,05$ ;  $p = 0,002$ ) e, sobretudo, entre aqueles posicionados à direita ( $\beta = 0,09$ ;  $p < 0,001$ ), de modo semelhante aos determinantes da oposição ao aborto.

**Gráfico 2 - Determinantes sociais e identitários da adesão ao golpe militar no Brasil**

Feito pelo autor. O gráfico exibe os coeficientes padronizados estimados a partir de regressão linear com o escore contínuo de golpismo como variável dependente. Intervalos de confiança de 95% acompanham cada estimativa. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

Ao contrário do modelo da oposição ao aborto, variáveis como interesse por política, escolaridade e idade não exibem efeitos significativos na predição do golpismo, sugerindo que a orientação autoritária depende menos da posição social e mais de matrizes normativas e identitárias. A comparação entre os dois modelos revela uma convergência decisiva para o argumento do artigo: rejeição ao aborto legal e disposição a apoiar um golpe militar são impulsionadas por um mesmo núcleo de valores — religiosidade normativa e orientação à direita — que funcionam como marcadores de adesão a hierarquias na esfera privada e pública. Essa sobreposição ajuda a explicar por que, no imaginário político contemporâneo, a pauta do aborto tende a aparecer subsumida a esse “pacote” valorativo, especialmente ao componente religioso, e não como questão de efeito autônomo.

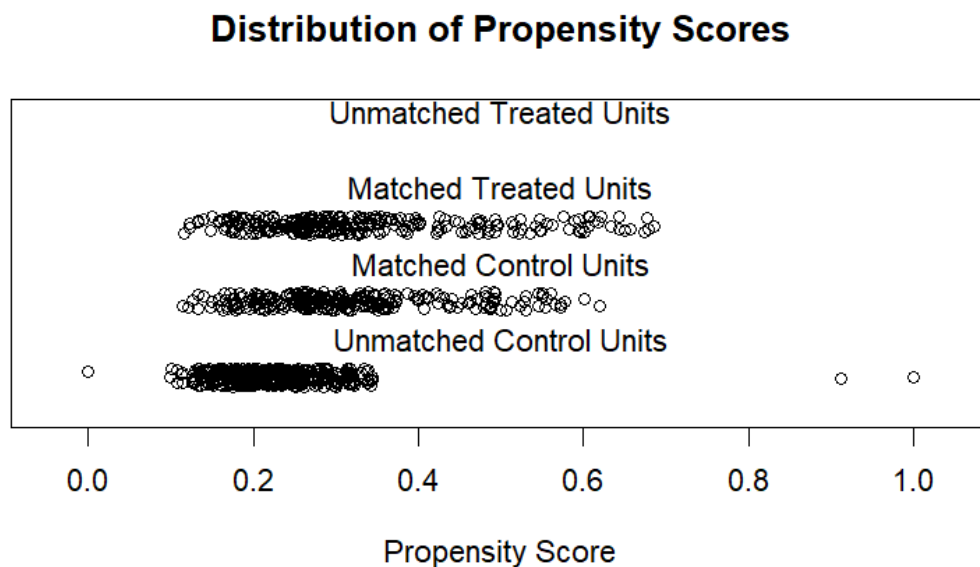
A associação com esses preditores normativos e identitários, porém, não basta para explicar a relação causal entre as duas atitudes. Compartilhar um mesmo repertório valorativo não demonstra que a rejeição ao aborto aumente a adesão ao golpismo; indica apenas que ambas prosperam em ambientes culturais semelhantes. Para avaliar se a pauta do aborto exerce efeito independente, funcionando como sinal de compromisso com hierarquias de gênero capaz de ativar disposições autoritárias, é necessário controlar rigorosamente essas semelhanças estruturais. Esse é o objetivo da próxima subseção.

### **O Acordo Tácito: O efeito das atitudes sobre o aborto na adesão ao golpismo**

Dada a convergência entre os determinantes da rejeição ao aborto legal e da adesão ao golpismo, o passo seguinte é examinar se a pauta do aborto exerce efeito independente sobre disposições autoritárias. Para isso, recorri ao pareamento por escore de propensão, que aproxima comparações entre indivíduos estruturalmente semelhantes e reduz o viés decorrente de diferenças sistemáticas entre opositores e não opositores à legalização do aborto.

O *nearest neighbor matching* gerou uma amostra bem mais balanceada, na qual variáveis centrais passaram a apresentar distribuições equivalentes entre os grupos. Esse balanceamento, evidenciado pela forte redução da distância entre os escores de propensão (Gráfico 3), indica que as comparações pós-pareamento tendem a captar com mais precisão diferenças nos níveis de golpismo atribuíveis à atitude diante da legalização do aborto, e não às clivagens sociais e identitárias tradicionalmente usadas para explicar essas posições no Brasil.

**Gráfico 3 – Distribuição de *propensity scores* dos eleitores e unidades mantidas após o *matching***



Feito pelos autores. Representação da distribuição dos *propensity scores* dos eleitores e unidades mantidas após pareamento. O objetivo do *matching* é equilibrar as covariáveis entre os grupos contrários e que aceitam a legalização do aborto, garantindo comparabilidade. As unidades classificadas como *unmatched* dentro do grupo que é contrário ao aborto foram removidas da amostra por não apresentarem pares adequados no grupo de indivíduos que aceitam a legalização do aborto, no mínimo em determinadas circunstâncias. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

Os resultados do pareamento mostram que a estratégia reduziu substancialmente os desequilíbrios iniciais entre opositores e não opositores ao aborto legal (Tabela 2). Antes do procedimento, várias covariáveis exibiam diferenças marcantes, escolaridade (DPM = 0,38), religião (0,34), ano de nascimento (0,18), interesse por política (-0,30) e, sobretudo, o escore de propensão (0,55). Após o pareamento, essas discrepâncias caem drasticamente: o desvio padronizado da média de quase todas as variáveis aproxima-se de zero, gênero (0,03), renda (-0,01), religião (0,02) e interesse por política (0,01) m indicando equilíbrio substantivo.

O balanceamento, porém, não é completo. Um dos atributos centrais permanece relativamente desajustado: a religiosidade, cujo DPM cai de 0,54 para 0,28 após o pareamento. Embora a redução seja substantiva, o valor final ainda supera o limiar convencional de bom balanceamento, revelando a dificuldade empírica de separar completamente as duas variáveis. Esse resultado não é apenas técnico: reforça que oposição ao aborto e religiosidade caminham muito próximas no eleitorado brasileiro, como indicado pela literatura, dificultando isolar inteiramente seus efeitos na comparação entre grupos.

Por essa razão, embora o *matching* produza uma amostra mais comparável e reduza substancialmente o viés de confundimento, optei por manter a religiosidade como controle nos modelos de equações estruturais, garantindo que o efeito estimado da oposição ao aborto sobre o golpismo não seja inflado pela persistente sobreposição entre moralidade religiosa e atitudes reprodutivas.

**Tabela 2 - Resumo do balanceamento antes e após o *matching***

	Antes do <i>Matching</i>			Após o <i>Matching</i>		
	Média Tratados	Média Controle	Desvio Padronizado da Média	Média Tratados	Média Controle	Desvio Padronizado da Média
Distância	0,33	0,26	0,55	0,33	0,31	0,12
Sexo	1,43	1,39	0,09	1,43	1,42	0,03
Escolarização	7,33	6,68	0,38	7,33	7,03	0,17
Classe	3,21	3,18	0,01	3,21	2,83	0,06
Renda	97261,46	84467,30	0,04	97261,46	100499,83	-0,01
Religião	25,31	12,14	0,34	25,31	24,56	0,02
Interesse por Política	2,35	2,65	-0,30	2,35	2,33	0,01
Auto. Ideológico	11,41	14,67	-0,13	11,41	11,10	0,01
Ano de nascimento	1984,06	1981,72	0,18	1984,06	1984,80	-0,06
Religiosidade	4,13	3,25	0,54	4,13	3,68	0,28
<b>Tamanho das amostras</b>		<b>Controle</b>		<b>Tratados</b>		
Todos		700		270		
Mached		270		270		
Unmatched		430		0		

Feito pelos autores. Esta tabela apresenta a comparação do balanceamento entre as amostras de eleitores de Bolsonaro (polarizados afetivamente e não polarizados afetivamente) antes e após o processo de *matching*. A coluna "Antes do *Matching*" mostra as médias dos grupos e o desvio padrão da média, evidenciando as discrepâncias iniciais entre os grupos. A coluna "Após o *Matching*" exibe as médias e desvio padrão da média após o pareamento, com os desvios padronizados da média reduzidos abaixo de 0,1, indicando uma melhoria no balanceamento e maior comparabilidade entre os grupos. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

Com a amostra pareada, estimo o modelo de equações estruturais que explicita o mecanismo do acordo tácito — oposição ao aborto → golpismo → voto em Bolsonaro (Gráfico 4). Em ambos os turnos, os resultados são altamente consistentes. O primeiro elo mostra que ser contrário ao aborto eleva substancialmente os níveis de golpismo ( $\beta = 0.518$ ,  $p < 0.001$ ), enquanto o efeito da religiosidade, embora significativo, é muito mais modesto ( $\beta = 0.053$ ,  $p = 0.018$ ). Essa diferença de magnitude reforça o argumento central do artigo: mesmo após

controlar características sociais e identitárias pelo matching, e incluir a religiosidade no modelo, já que permanecia parcialmente desbalanceada e fortemente associada às atitudes sobre aborto, é a posição sobre o aborto, e não a intensidade da crença religiosa, que emerge como preditor dominante da disposição golpista.

O resultado revela um ponto crucial: a adesão a hierarquias patriarcais é um mecanismo específico, não redutível à religiosidade. Assim, a oposição ao aborto legal funciona como indicador mais direto desse compromisso hierárquico, tornando-se o elemento central para explicar a abertura a soluções autoritárias — padrão também observado no modelo estimado com a amostra completa (ver apêndice), no qual a inclusão da variável de aborto reduz substancialmente o efeito da religiosidade sobre a adesão ao golpismo.

A comparação entre os coeficientes padronizados de atitudes sobre o aborto e de religiosidade torna o contraste ainda mais claro. O efeito da oposição ao aborto sobre o golpismo (0,279) é cerca de três vezes maior que o da religiosidade (0,097). Intuitivamente, e dado o balanceamento da variável de aborto no pareamento, migrar de “não contrário” para “contrário” implica, em média, um aumento de 28% de um desvio-padrão no golpismo. Já a religiosidade, mesmo variando de um ponto a outro na escala de 1 a 6, desloca o golpismo em apenas 9% de um desvio-padrão. Em síntese, o impacto da pauta do aborto sobre a disposição golpista é estruturalmente mais profundo do que o efeito da religiosidade, ainda que ambas estejam teoricamente relacionadas.

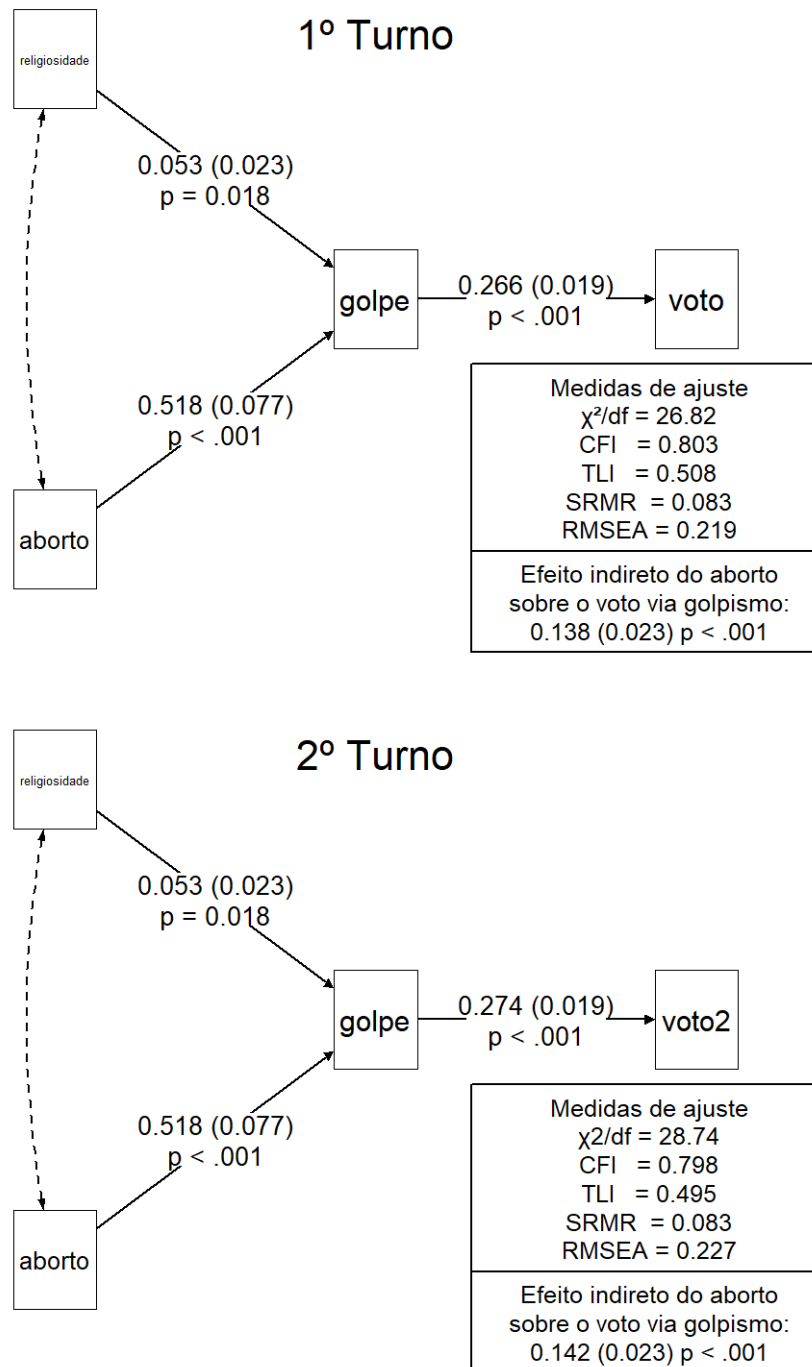
O segundo elo do modelo mostra que a adesão ao golpismo exerce efeito intenso e altamente significativo sobre o voto — no primeiro turno ( $\beta = 0.266$ ;  $\beta_{\text{pad}} = 0.507$ ;  $p < 0.001$ ) e no segundo ( $\beta = 0.274$ ;  $\beta_{\text{pad}} = 0.518$ ;  $p < 0.001$ ). Um aumento de um desvio-padrão no golpismo eleva em cerca de 50% de um desvio-padrão a probabilidade de votar em Bolsonaro, um valor expressivo. A magnitude elevada e a consistência entre os turnos reforçam que o golpismo foi um dos eixos centrais da decisão eleitoral em 2022.

O efeito indireto da atitude em relação ao aborto sobre o voto, isto é, a assinatura do acordo, também é significativo e praticamente idêntico nos dois modelos: 0,138 no primeiro turno e 0,142 no segundo ( $p < 0.001$ ). Esses valores indicam que, entre indivíduos estruturalmente comparáveis, ser contrário ao aborto aumenta a probabilidade de votar em Bolsonaro sobretudo por elevar a disposição golpista. Em termos proporcionais, o efeito corresponde a cerca de 14% de um desvio-padrão no voto, magnitude nada trivial em disputas eleitorais, especialmente considerando o quão apertado foi o pleito de 2022.

Além disso, ao comparar o efeito indireto com o efeito total do golpismo sobre o voto, observa-se que cerca de 28% do impacto eleitoral do golpismo é mediado pela posição sobre a

legalização do aborto, ou seja, mais de um quarto de sua capacidade preditiva decorre da ativação dessa atitude moral específica.

**Gráfico 4 - Efeitos da oposição à legalização do aborto sobre adesão ao golpismo e voto em Bolsonaro: modelagem de equações estruturais (1º e 2º turnos)**



Feito pelo autor. Modelos de equações estruturais estimados na amostra pareada (n = 540) mostram o encadeamento aborto → golpismo → voto em Bolsonaro no primeiro e no segundo turno. As setas apresentam coeficientes e níveis de significância. Religiosidade foi incluída como controle devido ao desbalanceamento residual observado após o pareamento. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

Embora os índices globais de ajuste indiquem que o modelo não captura toda a complexidade do fenômeno ( $CFI \approx 0,80$ ;  $RMSEA \approx 0,22$ ), isso é esperado em uma especificação deliberadamente minimalista e com amostra bastante reduzida pelo pareamento. O objetivo não é reproduzir toda a variância atitudinal, mas testar diretamente um mecanismo específico. Nesse sentido, os caminhos estruturais são estáveis, estatisticamente robustos e plenamente coerentes com a teoria.

No conjunto, os resultados confirmam a hipótese do acordo tácito: a rejeição ao aborto legal opera como marcador de compromisso com hierarquias de gênero que alimentam disposições autoritárias e, por fim, se traduzem em apoio ao líder que promete resguardar essas hierarquias por meio de um regime antidemocrático. A religião fornece parte da gramática moral e está fortemente associada tanto à posição sobre o aborto quanto ao golpismo, mas o mecanismo causal central não reside na fé, e sim no desejo de manter estruturas hierárquicas que organizam as relações sociais e políticas. O aborto condensa simbolicamente esse compromisso com a ordem patriarcal e, por isso, emerge como elo entre autoridade privada e estatal, articulando o acordo que conecta patriarcado e autoritarismo no Brasil contemporâneo.

## **Disposições Finais**

Por que a pauta do aborto se tornou um recurso tão eficaz para a mobilização autoritária no Brasil contemporâneo? Argumentei que sua força deriva da capacidade de sinalizar um acordo tácito entre elites iliberais e setores conservadores do eleitorado. A análise integrou debates teóricos sobre gênero, moralidade e autoritarismo a evidências do ESEB 2022, utilizando análise fatorial, regressões, pareamento por escore de propensão e modelos de equações estruturais para testar esse mecanismo. Mostrei como atitudes sobre o aborto condensam compromissos com hierarquias privadas baseadas em desigualdades de gênero e, por essa via, alimentam disposições autoritárias e orientam escolhas eleitorais.

Os resultados empíricos mostram, de forma consistente, que oposição ao aborto legal e adesão ao golpismo se enraízam em um mesmo núcleo normativo, estruturado por religiosidade intensa e orientação à direita. As regressões indicam ainda que rejeitar o aborto legal é mais frequente entre indivíduos mais velhos e com menor escolaridade. A análise fatorial revela que os três cenários de justificativa de golpe convergem em um único traço autoritário.

O elemento crucial que liga essas duas questões surge quando essas atitudes são analisadas em modelos que controlam rigorosamente atributos sociodemográficos e identitários: mesmo entre indivíduos estruturalmente comparáveis, opor-se ao aborto legal aumenta substancialmente a

adesão ao golpismo, que, por sua vez, eleva de modo expressivo a probabilidade de ter votado em Bolsonaro em 2022. Os modelos de equações estruturais confirmam que a pauta do aborto opera de forma independente desses preditores e exerce impacto significativamente superior ao da religiosidade, influenciando tanto disposições iliberais quanto escolhas eleitorais.

Esses resultados respondem diretamente à hipótese central do artigo: a rejeição ao aborto opera como sinal potente para selar um acordo tácito entre elites autoritárias e setores conservadores do eleitorado. A estratégia de *matching* e os modelos de equações estruturais mostram que o mecanismo causal não se reduz à fé ou ao engajamento religioso, embora a religião sirva como idioma expressivo do conflito. O que sustenta o vínculo entre aborto e golpismo é o compromisso com a preservação de hierarquias de gênero, manifestado normativamente na recusa à ampliação de direitos reprodutivos e politicamente na aceitação de soluções de força. Os achados indicam que, ao mobilizar a pauta do aborto, líderes autoritários sinalizam disposição para proteger estruturas hierárquicas da vida privada; em resposta, parte do eleitorado se dispõe a legitimar hierarquias públicas antidemocráticas. O efeito indireto estimado — cerca de 14% de um desvio-padrão — mostra que parcela substantiva do voto em Bolsonaro é mediada por essa dinâmica: condenar a legalização do aborto eleva a disposição golpista, que, por sua vez, aumenta o apoio ao candidato autoritário. Assim, o artigo demonstra, de forma empiricamente estruturada, que a pauta do aborto funciona como marcador eficiente de alinhamento entre conservadores e líderes autoritários.

Os achados corroboram a perspectiva de Faludi (1991), Kimmel (2013) e Connell (1995) de que disputas envolvendo gênero não se limitam ao plano simbólico, mas estruturam hierarquias sociais profundas, conectando masculinidade hegemônica, ressentimento e *backlash* antigênero. Os resultados mostram que a pauta do aborto condensa essas tensões e se torna canal privilegiado para expressar demandas de preservação da autoridade masculina e da ordem patriarcal.

O artigo também reforça contribuições centrais do debate brasileiro, especialmente as de Flávia Biroli (2018), ao mostrar que a separação entre público e privado continua a estruturar desigualdades no país, e que a instrumentalização política do aborto reativa e fortalece essa separação e suas hierarquias. A dimensão religiosa, embora central no conservadorismo brasileiro, aparece nos resultados como linguagem moral eficaz, mas não como fonte exclusiva do conflito. Essa evidência converge com o debate sobre neoconservadorismo religioso (Biroli, Vaggione & Machado, 2020) e o estende ao demonstrar que o motor causal do vínculo entre oposição ao aborto e autoritarismo reside na defesa de hierarquias de gênero, e não apenas na adesão à fé ou a tradições doutrinárias.

O artigo oferece contribuição original à literatura sobre autoritarismo, moralidade e comportamento político ao demonstrar que o aborto não é apenas um tema cultural, mas um mecanismo estruturante de coalizões autoritárias ao sustentar padrões de dominação patriarcal. A pauta opera como elo entre demandas por hierarquias privadas e públicas, aproximando indivíduos comprometidos com a preservação da autoridade masculina de líderes que prometem restaurar ou reforçar o poder estatal. Ao mostrar que parcela substantiva do efeito eleitoral da pulsão golpista é mediada pela rejeição ao aborto, o estudo ilumina um mecanismo de mobilização pouco explorado e propõe nova lente para entender como disputas morais são instrumentalizadas para legitimar projetos antidemocráticos.

As limitações do estudo decorrem, sobretudo, do caráter transversal dos dados. Embora o uso de *matching* e de modelos de equações estruturais produza estimativas mais rigorosas, o survey não permite estabelecer causalidade plena: não é possível garantir que todos os confundidores foram controlados nem identificar a sequência temporal entre atitudes sobre aborto, disposições autoritárias e comportamento eleitoral. A ordem dos efeitos proposta — aborto → golpismo → voto — apoia-se em fundamentos teóricos consistentes e evidências empíricas, mas não pode ser observada diretamente ao longo do tempo. Assim, interpretações alternativas, baseadas em processos simultâneos ou dinâmicas de retroalimentação, não podem ser descartadas.

Além disso, embora o pareamento tenha reduzido substancialmente as diferenças sociodemográficas, religiosas e identitárias entre opositores e não opositores ao aborto legal, o balanceamento não se completou para variáveis centrais — especialmente religiosidade. Esse desajuste residual limita a separação analítica entre moralidade religiosa e atitudes sobre o aborto, dificultando isolar plenamente o efeito específico da pauta sobre a disposição golpista. A inclusão da religiosidade como controle nos modelos estruturais atenua o problema, mas não elimina a sobreposição empírica entre essas dimensões. O que sustenta a interpretação é que o efeito do aborto permanece consideravelmente maior do que o da religiosidade.

No plano teórico, embora o artigo avance ao identificar o aborto como sinal eficaz de um acordo tácito entre elites autoritárias e setores conservadores do eleitorado, o mecanismo proposto não incorpora outras pautas morais que, em certos contextos, podem cumprir função semelhante — como debates sobre educação sexual, direitos LGBTQIA+ ou disciplina familiar. A ênfase exclusiva no aborto busca garantir clareza analítica e precisão inferencial ao tratá-lo como proxy robusta do anseio por manter hierarquias de gênero, mas implica deixar de examinar a interação entre diferentes temas morais que frequentemente se entrelaçam no repertório autoritário contemporâneo.

Por fim, a capacidade de generalização dos achados é limitada pelo contexto brasileiro e por um ciclo eleitoral excepcional, marcado por forte polarização e intensa mobilização identitária em torno de Jair Bolsonaro (Amorim & Borba, no prelo). Embora parte dos mecanismos discutidos dialogue com tendências internacionais, a força empírica do “acordo tácito” identificada aqui decorre de uma conjuntura histórica específica. Pesquisas comparadas e análises longitudinais são, portanto, essenciais para verificar se a centralidade política do aborto em coalizões autoritárias se reproduz em outros arranjos institucionais, ciclos eleitorais distintos ou contextos em que o tema não seja tão saliente.

Essas limitações, contudo, abrem um conjunto promissor de agendas para pesquisas futuras. Estudos com dados em painel ou desenhos experimentais poderiam esclarecer a temporalidade entre atitudes sobre aborto e disposições autoritárias, testando se mudanças nas primeiras antecedem transformações nas segundas ou se ambas evoluem simultaneamente. Investigações comparativas seriam úteis para verificar se o aborto desempenha função semelhante em outros países marcados por populismo autoritário, identificando condições culturais, religiosas ou institucionais que ampliam seu papel de sinalização política. Examinar a interação entre diferentes pautas morais — educação sexual, controle da sexualidade, direitos LGBTQIA+ ou modelos familiares — também permitiria avaliar se o “acordo tácito” é específico do aborto ou parte de um repertório moral mais amplo que articula hierarquias privadas e públicas. Por fim, pesquisas qualitativas e experimentos de *framing* poderiam aprofundar a dimensão perceptiva desse processo, explorando como eleitores interpretam mensagens sobre aborto e como essas interpretações ativam ou inibem preferências autoritárias.

### **Conflito de interesses**

O autor declara que não possui quaisquer conflitos de interesse financeiros, pessoais ou institucionais que possam ter influenciado os resultados ou a interpretação deste trabalho.

### **Disponibilidade de dados**

Os dados utilizados neste estudo estão disponíveis publicamente no repositório GitHub, no seguinte endereço: [https://github.com/lucasamorimcp/acordo\\_tacito/](https://github.com/lucasamorimcp/acordo_tacito/)

## Referências

- BLEE, Kathleen M. **Inside Organized Racism: Women in the Hate Movement**. Berkeley: University of California Press, 2002.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.
- BORBA, Julian; AMORIM, Lucas; BORGES, André. Mais polarização, menos democracia? In: RIBEIRO, Ednaldo A. (Org.). **Visões de Democracia no Brasil**. Palgrave, no prelo.
- BORBA, Julian; FERREIRA, Matheus; SILVA, Gregório; AMORIM, Lucas. Existem Clivagens Políticas no Brasil? **Dados**, v. 68, n. 3, p. e20240001, 2025.  
<https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.3.378>
- BORBA, Julian; SILVA, Gregório; AMORIM, Lucas. Political cleavages in Brazil: a longitudinal dimension. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 13, p. e31370-e31370, 2024. <https://doi.org/10.14201/rlop.31370>
- CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.
- COOPER, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Brooklyn: Zone Books, 2017.
- CUNNINGHAM, Scott. **Causal inference: The mixtape**. Yale University Press, 2021.
- DE LEEUW, S. E., REKKER, R., AZROUT, R., & VAN SPANJE, J. H. Are would-be authoritarians right? Democratic support and citizens' left-right self-placement in former left- and right-authoritarian countries. **Democratization**, 28(2), 414-433, 2021.  
<https://doi.org/10.1080/13510347.2020.1827230>
- FALUDI, Susan. **Backlash: The undeclared war against American women**. New York: Crown, 1991.
- FARRIS, Sara R. **In the Name of Women's Rights: The Rise of Femonationalism**. Durham: Duke University Press, 2017.
- GINSBURG, Faye D. **Contested lives: The abortion debate in an American community**. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1989.
- GUSFIELD, Joseph R. **The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order**. The University of Chicago Press, 1981.

- HUNTER, James Davison. **Culture Wars: The Struggle to Define America**. New York: Basic Books, 1991.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 45-72, 2015. <https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap02>
- MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, p. 119-137, 2013. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.43696>
- MORENO, Alejandro. **Political cleavages: Issues, parties, and the consolidation of democracy**. Routledge, 2019 (Primeira edição de 1999).
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge University Press, 2019.
- KIMMEL, Michael. **Angry white men: American masculinity at the end of an era**. New York: Nation Books, 2013.
- KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (Ed.). **Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality**. Bloomsbury Publishing PLC, 2017.
- LUKER, Kristin. **Abortion and the Politics of Motherhood**. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1984.
- MOREIRA DA SILVA, Thiago. Direita, volver?! O declínio do conservadorismo no Brasil contemporâneo. **Revista Debates**, v. 11, n. 2, p. 09–36, 2017. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.74512>
- OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. O movimento Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina: experiências em prol dos direitos sexuais e reprodutivos. **e-cadernos CES**, n. 04, 2009. <https://doi.org/10.4000/eces.240>
- SPAIN, Daphne. **Gendered Spaces**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.
- VAGGIONE, Juan Marco. Reactive politicization and religious dissidence: the political mutations of the religious. **Social Theory and Practice**, v. 31, n. 2, p. 233-255, 2005. <https://doi.org/10.5840/soctheorpract200531210>
- ZIEGLER, Mary. **Beyond abortion: Roe v. Wade and the battle for privacy**. Harvard University Press, 2018.

## Apêndice Metodológico

O script com os códigos utilizados nas análises deste artigo está disponível no repositório [https://github.com/lucasamorimecp/acordo\\_tacito/](https://github.com/lucasamorimecp/acordo_tacito/). Esse material suplementar detalha os procedimentos metodológicos empregados, bem como apresenta testes de robustez e análises complementares, contribuindo para o fortalecimento da transparência, da reprodutibilidade e da validade dos argumentos apresentados.

### Sumário

<b>ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO 2022 .....</b>	<b>28</b>
<b>OPERACIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO DO ABORTO LEGAL .....</b>	<b>28</b>
<b>OPERACIONALIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE ADESÃO AO GOLPISMO.....</b>	<b>31</b>
<b>VARIÁVEIS INDEPENDENTES DOS MODELOS DE REGRESSÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>DETERMINANTES DA OPOSIÇÃO À LEGALIZAÇÃO DO ABORTO .....</b>	<b>37</b>
<b>DETERMINANTES DA ADESÃO AO GOLPISMO.....</b>	<b>38</b>
<b>OPERACIONALIZAÇÃO DE VOTO EM BOLSONARO – 1º E 2º TURNO.....</b>	<b>40</b>
<b>MATCHING POR VIZINHO MAIS PRÓXIMO .....</b>	<b>41</b>
<b>MODELAGEM POR EQUAÇÕES ESTRUTURAIS – MENSURANDO O ACORDO TÁCITO .....</b>	<b>42</b>

## **Estudo Eleitoral Brasileiro 2022**

Como os dados empregados nessas análises não são de propriedade do autor, é necessário realizar cadastro no site do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para efetuar o download dos microdados e reproduzir os resultados por meio do script em R disponibilizado no GitHub. A base está disponível em [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4680](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4680).

O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) é um survey nacional pós-eleitoral de natureza acadêmica, conduzido desde 2002 pelo CESOP-Unicamp, sob a coordenação da Profa. Dra. Rachel Meneguello, com a finalidade de analisar de modo sistemático e longitudinal o comportamento político e eleitoral do eleitorado brasileiro. Integrado ao *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES), projeto internacional coordenado pela Universidade de Michigan, o ESEB articula um núcleo comum de questões comparativas a módulos específicos sobre a dinâmica política nacional, o que permite examinar como contextos institucionais e sociopolíticos moldam atitudes, crenças e escolhas democráticas.

A edição de 2022 foi aplicada imediatamente após as eleições gerais, a partir de uma amostra probabilística e estratificada de 2.001 eleitores com 16 anos ou mais, distribuídos em todo o território nacional, garantindo a representatividade do eleitorado. Além do bloco de perguntas do CSES, o questionário incorporou temas centrais da conjuntura recente, como democracia, confiança institucional, avaliação governamental, comportamento eleitoral, polarização, políticas sociais, religião, gênero, aborto, pandemia e uso de redes sociais, dando continuidade à tradição dos estudos de cultura política no Brasil e oferecendo uma base sólida para análises empíricas sobre a qualidade da democracia e o comportamento político contemporâneo.

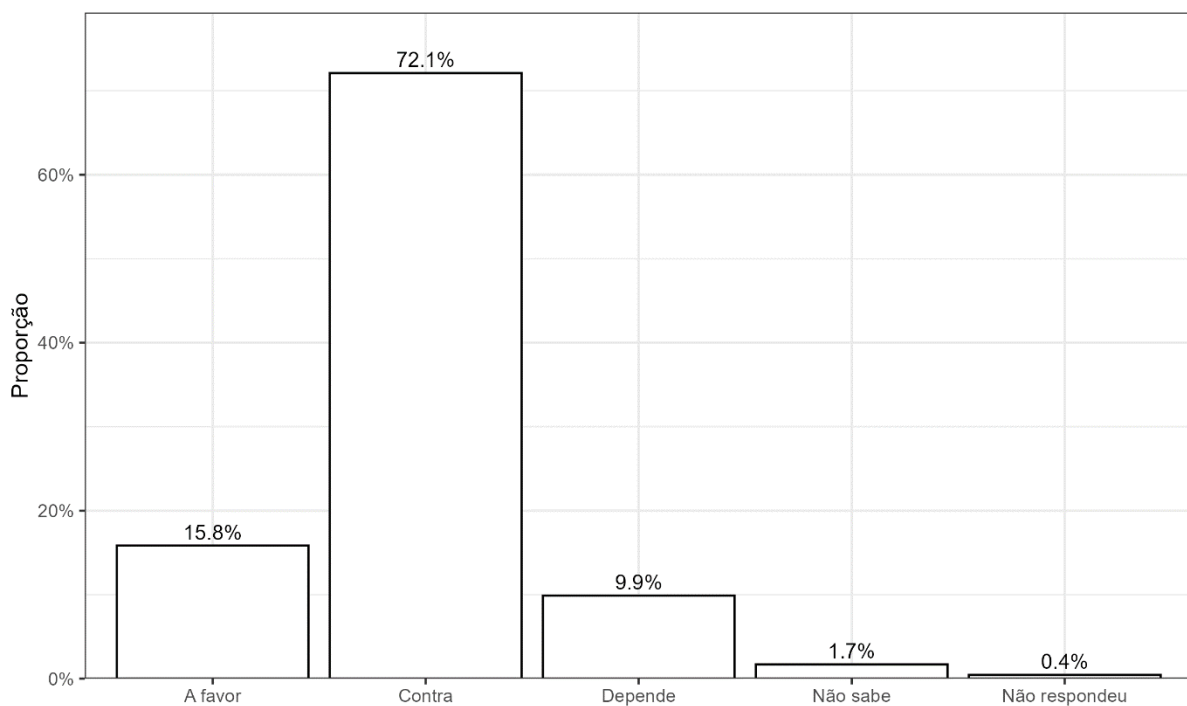
### **Operacionalização da questão do aborto legal**

A atitude em relação ao aborto foi mensurada na edição de 2022 do ESEB a partir de uma pergunta incluída em um bloco temático dedicado a questões em debate na sociedade brasileira. Os respondentes foram indagados sobre sua posição quanto à legalização do aborto, com três alternativas substantivas — a favor, contra ou “depende” — além das categorias residuais de não resposta. Essa formulação apreende uma orientação geral e direta em relação ao tema, sem especificar condições ou exceções, permitindo identificar a posição normativa do indivíduo diante da controvérsia no debate público contemporâneo.

A distribuição das respostas (Gráfico 5) evidencia uma assimetria pronunciada nas atitudes do eleitorado brasileiro em relação à legalização do aborto em 2022, seguindo tendência já

evidenciada pela literatura (ver Borba, Silva e Amorim, 2024). Entre os 2.001 entrevistados, a oposição à legalização é claramente majoritária, concentrando 72,1% das respostas absolutas (1.443), enquanto 15,8% declararam-se favoráveis (317). Outros 9,9% optaram pela alternativa “depende” (198), sinalizando uma posição condicional ou ambivalente diante do tema. As categorias residuais apresentam incidência marginal, com 1,7% afirmando “não sabe” (34) e 0,4% sem resposta (9). Em conjunto, esses resultados indicam que, embora a rejeição ao aborto legal predomine de forma expressiva, existe um contingente não desprezível do eleitorado cuja orientação normativa diverge ou não está plenamente cristalizada, sugerindo diferentes graus de consolidação em torno dessa controvérsia, permitindo as análises realizadas nesse artigo.

**Gráfico 5 - Distribuição das atitudes em relação à legalização do aborto no Brasil (2022)**



Feito pelo autor. Distribuição proporcional das respostas à pergunta “O(a) sr(a) é a favor ou contra a legalização do aborto?”. As barras representam a proporção de respondentes em cada categoria de resposta; os valores percentuais estão indicados acima das colunas. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

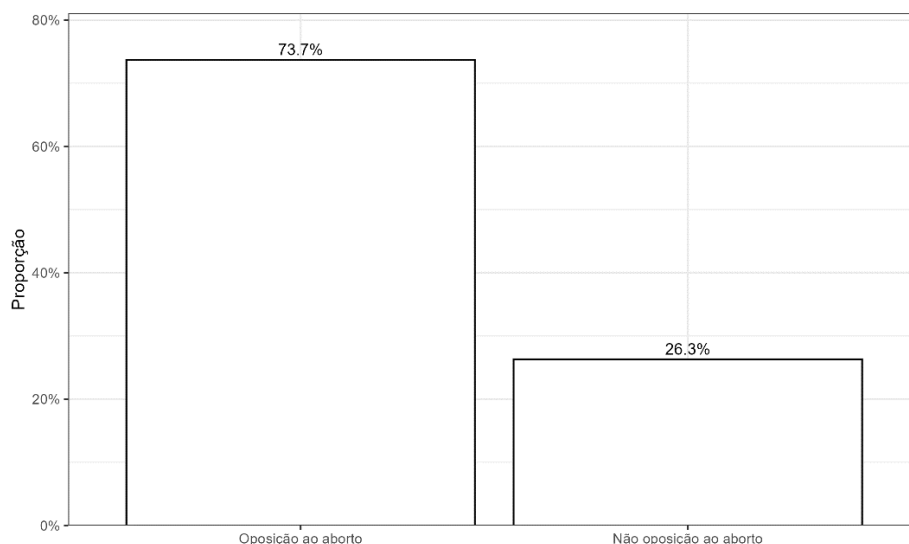
Para fins analíticos, em especial para viabilizar a aplicação do *matching*, a variável referente à atitude em relação à legalização do aborto foi recodificada em duas etapas. Inicialmente, as categorias residuais (“não sabe” e “não respondeu”) foram excluídas, preservando-se apenas respostas substantivas que expressam uma posição normativa diante da pauta. Em seguida, a medida foi dicotomizada com o objetivo de captar a oposição explícita à legalização do aborto,

distinguindo os respondentes contrários (0) daqueles que não manifestam rejeição categórica, isto é, os que se declararam favoráveis ou optaram pela alternativa “depende” (1).

Embora a posição contrária ao aborto constitua a categoria de interesse substantivo ao longo do artigo, sua elevada frequência na amostra impôs que ela fosse tratada como grupo de controle no procedimento de *matching*. Após a realização do pareamento, a codificação foi invertida, de modo que o valor 1 passe a representar as posições contrárias à legalização e o valor 0 as demais orientações.

Essa estratégia encontra respaldo teórico no fato de que o interesse central do artigo não reside em mapear as nuances internas do apoio à legalização, mas em identificar a rejeição clara ao aborto como marcador político relevante. A opção “depende”, embora sinalize ambivalência, não configura oposição frontal e, nesse sentido, aproxima-se mais do polo não contrário do que do polo de veto normativo no que diz respeito aos mecanismos ligados ao gênero discutidos. A recodificação resulta, assim, em uma variável binária (Gráfico 6) que contrapõe posições de rejeição inequívoca à legalização a todas as demais orientações, permitindo testar de maneira mais direta o papel da oposição ao aborto como sinal político associado a disposições autoritárias.

**Gráfico 6 - Distribuição binarizada das atitudes em relação à legalização do aborto no Brasil (2022)**



Feito pelo autor. Distribuição proporcional da variável dicotomizada de oposição à legalização do aborto, construída a partir da pergunta “O(a) sr(a) é a favor ou contra a legalização do aborto?”. Respondentes contrários à legalização foram codificados como 0, enquanto favoráveis ou que responderam “depende” foram codificados como 1. Os valores percentuais indicam a proporção de cada categoria. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

## **Operacionalização das questões de adesão ao golpismo**

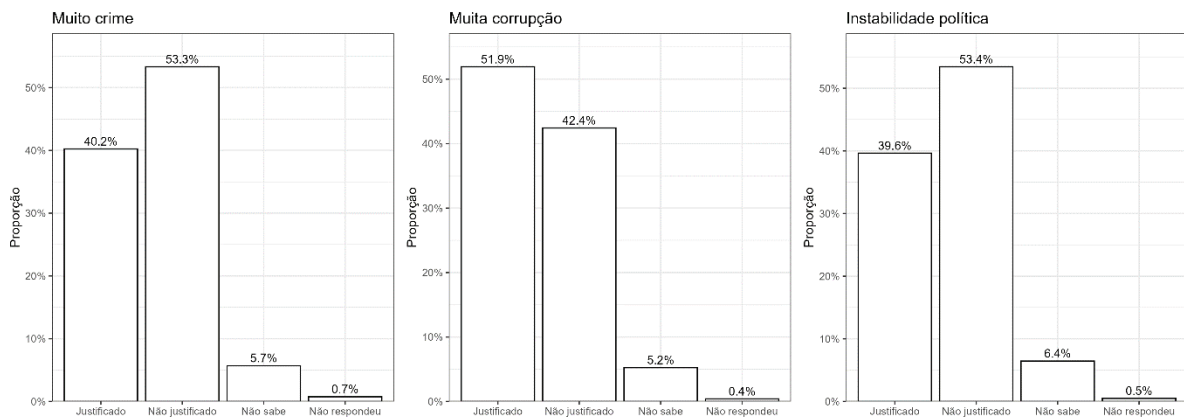
A adesão a soluções golpistas foi mensurada a partir de um conjunto de itens do ESEB 2022 que avaliam a legitimidade atribuída à intervenção militar em contextos específicos. Os respondentes foram confrontados com a afirmação de que, em determinadas circunstâncias, os militares poderiam assumir o poder por meio de um golpe de Estado e, em seguida, indagados sobre se tal ação seria ou não justificada em diferentes cenários hipotéticos. Entre as situações apresentadas figuravam níveis elevados de criminalidade, ampla corrupção e instabilidade política, para as quais os entrevistados deveriam indicar se consideravam legítima ou ilegítima a tomada do poder pelos militares.

Esse desenho permite captar não apenas uma aceitação ou rejeição abstrata da democracia, mas a disposição condicional do indivíduo a endossar rupturas institucionais diante de cenários percebidos como críticos, aproximando a mensuração daquilo que a literatura caracteriza como tolerância ao autoritarismo ou predisposição golpista.

A distribuição das respostas às três questões que avaliam a legitimidade atribuída a um golpe militar evidencia níveis expressivos de tolerância a rupturas institucionais quando estas são apresentadas como respostas a cenários de crise (Gráfico 7). No caso da criminalidade elevada, 40,2% dos entrevistados consideraram justificada a tomada do poder pelos militares, ao passo que 53,3% rejeitaram essa possibilidade; as categorias residuais de “não sabe” (5,7%) e “não respondeu” (0,7%) apresentaram incidência reduzida.

Diante de um contexto de muita corrupção, a aceitação da intervenção militar mostrou-se ainda mais elevada: 51,9% julgaram o golpe justificável, superando o percentual dos que o consideraram injustificado (42,4%), novamente com proporções residuais semelhantes. Já no cenário de instabilidade política, 39,6% dos respondentes endossaram a legitimidade da ruptura, frente a 53,4% que a rejeitaram, mantendo-se baixas as respostas inválidas. Em conjunto, essas distribuições indicam que a disposição golpista não é marginal no eleitorado brasileiro, variando de forma sistemática conforme o enquadramento da crise e alcançando seu nível mais elevado quando a ruptura institucional é associada ao combate à corrupção.

### Gráfico 7 - Justificativas para golpe militar no Brasil (2022)



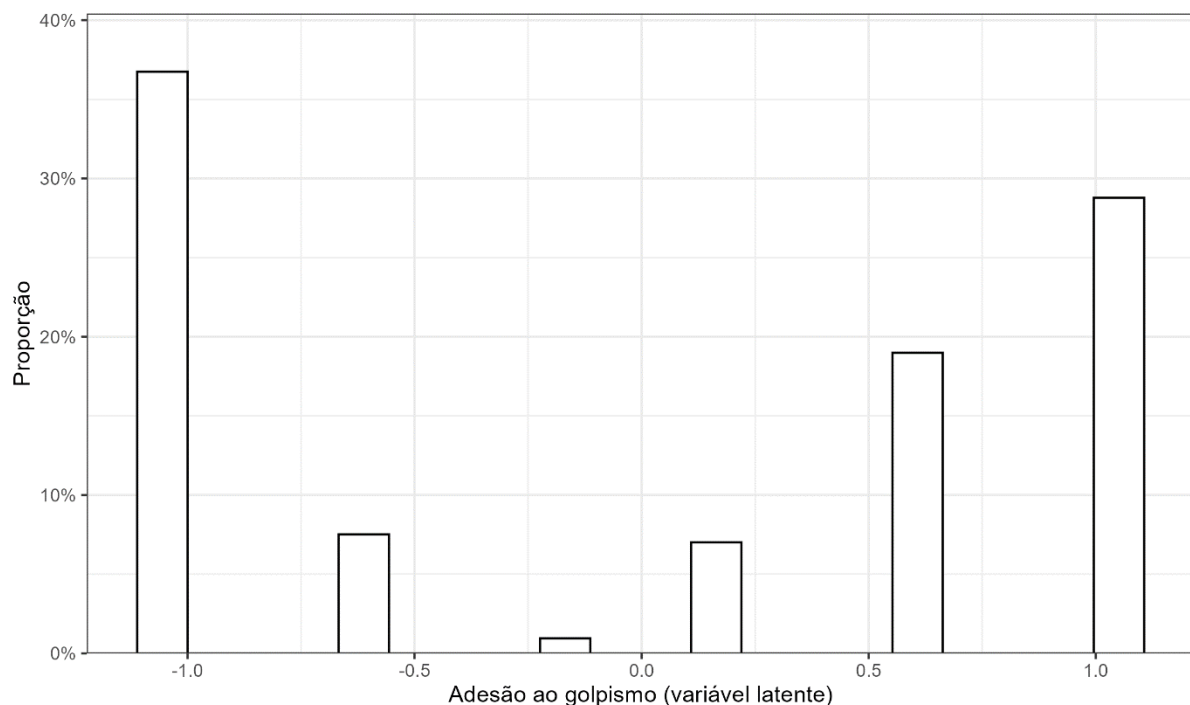
Feito pelo autor. Distribuição proporcional das respostas às perguntas sobre a justificativa para uma intervenção militar por meio de golpe de Estado em diferentes circunstâncias: (a) quando há muito crime; (b) diante de muita corrupção; e (c) em situação de instabilidade política. As barras representam a proporção de respondentes que consideram a intervenção justificada, não justificada, ou que não souberam responder. Os valores percentuais estão indicados acima das colunas. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

A construção da variável de adesão ao golpismo envolveu três etapas analíticas articuladas: a recodificação das respostas, a avaliação da estrutura latente por meio de análise fatorial e a extração de escores fatoriais individuais. Inicialmente, cada uma das três questões do ESEB 2022 — que avaliam a justificativa de um golpe militar diante de elevados níveis de criminalidade, corrupção e instabilidade política — foi recodificada de modo a preservar apenas respostas substantivas. As categorias “não sabe” e “não respondeu” foram tratadas como valores ausentes, garantindo que a análise refletisse exclusivamente posicionamentos normativos explícitos. Em seguida, as respostas foram binarizadas, atribuindo-se valor 1 aos indivíduos que consideraram justificável a intervenção militar em cada cenário e valor 0 àqueles que a julgaram injustificada, resultando em três indicadores dicotômicos de tolerância ao golpe.

Na segunda etapa, os três indicadores foram submetidos a uma análise fatorial confirmatória com o objetivo de verificar se expressavam uma dimensão latente comum, interpretada como disposição golpista (Tabela 1). A adequação dos dados à fatoração foi previamente avaliada por meio do teste KMO e do teste de esfericidade de Bartlett, ambos indicando condições satisfatórias para a extração de fatores. Optou-se pela retenção de um único fator, estimado pelo método de máxima verossimilhança (*maximum likelihood*), uma vez que o interesse analítico recai sobre uma disposição subjacente compartilhada entre distintos enquadramentos de crise. A solução unifatorial apresentou cargas consistentes entre os três itens, reforçando a interpretação de que a aceitação condicional de rupturas institucionais em diferentes contextos expressa uma mesma orientação normativa de fundo.

Por fim, foram extraídos escores fatoriais individuais por meio do método de regressão, resultando em uma variável contínua padronizada que sintetiza o grau de adesão ao golpismo de cada respondente (Gráfico 8). Esse escore capta variações graduais na predisposição a endossar rupturas institucionais, indo além de uma simples contagem de respostas afirmativas e proporcionando maior precisão analítica nos modelos subsequentes. A medida obtida foi incorporada às análises como um indicador contínuo de pulsão golpista, em consonância com a concepção teórica do fenômeno como uma disposição latente, passível de ativação por diferentes narrativas de crise.

**Gráfico 8 - Distribuição da adesão ao golpismo no eleitorado brasileiro (2022)**



Feito pelo autor. Distribuição da variável latente de adesão ao golpismo, estimada a partir das respostas a itens que avaliam a justificativa para intervenções militares em diferentes circunstâncias. Valores mais altos indicam maior disposição em aceitar um golpe de Estado. O eixo vertical representa a proporção de respondentes em cada intervalo da escala latente. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

Como teste adicional de robustez, as análises foram replicadas com duas estratégias alternativas de redução dimensional: Análise de Componentes Principais (PCA) e Teoria da Resposta ao Item (TRI). No caso da PCA (Tabela 3), estimou-se uma solução unidimensional, que apresentou cargas elevadas e relativamente homogêneas entre os três indicadores (variando de 0,81 a 0,88), com o componente respondendo por aproximadamente 70% da variância total. Os indicadores de ajuste sugerem que um único componente é mais do que suficiente para

sintetizar a informação contida nos itens, reforçando a interpretação de que as respostas refletem uma disposição latente comum.

**Tabela 3 – Análise de Componentes Principais das justificativas para adesão ao golpe militar no Brasil**

Justificativa	Carga
Criminalidade Elevada	0,81
Corrupção Generalizada	0,88
Instabilidade Política	0,82
SS Loadings	2,1
Varição Explicada	0,7
KMO	0,68
Teste de Bartlett	$p < 0,001$

Feita pelo autor. A tabela apresenta os resultados da análise de componentes principais aplicada às três variáveis que mensuram a justificativa de um golpe militar em diferentes cenários (criminalidade elevada, corrupção generalizada e instabilidade política). Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

De forma convergente, a modelagem por Teoria da Resposta ao Item (TRI), estimada por meio de um modelo 2PL unidimensional, também revelou parâmetros elevados para os três itens, com destaque para o indicador associado à corrupção, que apresentou discriminação particularmente alta (Tabela 4). A solução explicou cerca de 78,5% da variância, superando inclusive o desempenho da análise fatorial e PCA. Em ambos os procedimentos, os escores derivados mostraram-se altamente correlacionados com o escore fatorial obtido via AF e produziram resultados substantivamente mais fortes nos modelos empíricos, sem alterar o sentido nem a interpretação dos efeitos estimados. Em conjunto, esses testes adicionais reforçam a robustez da mensuração do golpismo como uma dimensão latente bem definida e estável, independentemente da técnica de estimação adotada.

**Tabela 4 – Teoria de Resposta ao Item das justificativas para adesão ao golpe militar no Brasil**

Justificativa	Carga
Criminalidade Elevada	0,81
Corrupção Generalizada	0,99
Instabilidade Política	0,84
SS Loadings	2,35
Varição Explicada	0,78
KMO	0,68
Teste de Bartlett	$p < 0,001$

Feita pelo autor. A tabela apresenta os resultados da teoria de resposta ao item aplicada às três variáveis que mensuram a justificativa de um golpe militar em diferentes cenários (criminalidade elevada, corrupção generalizada e instabilidade política). Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

## Variáveis independentes dos modelos de regressão

Nos modelos de regressão (Gráficos 1 e 2), as variáveis independentes foram selecionadas com o objetivo de captar características sociodemográficas e predisposições políticas frequentemente associadas a atitudes sobre moralidade pública e tolerância a soluções autoritárias. Todas passaram por procedimentos prévios de recodificação, visando à padronização das escalas e ao tratamento de respostas inválidas (Tabela 5).

O sexo foi transformado em um indicador binário, no qual respondentes do sexo masculino receberam o valor 1 e os do sexo feminino, 0. A escolarização foi mantida como medida ordinal do nível educacional, com a exclusão da categoria “não respondeu” e a preservação dos valores de 1 a 10 como uma escala crescente de escolaridade. A idade foi calculada a partir do ano de nascimento, subtraindo-se esse valor de 2025, o que resultou em uma medida contínua em anos. A variável de classe ou posição ocupacional setorial foi restringida às três categorias substantivas, setor primário, secundário e terciário, sendo as demais opções, assim como “não sabe” e “não respondeu”, tratadas como ausentes; em seguida, a medida foi convertida em fator, permitindo estimativas por categoria. A renda domiciliar mensal foi operacionalizada como variável contínua em reais, com a exclusão dos códigos de não resposta.

A religião foi agregada em quatro grupos, de modo a assegurar parcimônia e comparabilidade analítica: católicos, evangélicos, sem religião e outras religiões ou identidades religiosas. As categorias residuais foram definidas como ausentes, e a variável foi posteriormente transformada em fator. A religiosidade, mensurada pela frequência de participação em cultos ou missas, teve as respostas inválidas excluídas e, em seguida, foi convertida para escala numérica e invertida (7 menos a categoria original), de forma que valores mais altos indiquem maior frequência religiosa.

Procedimento análogo foi adotado para o interesse por política. Após a exclusão das respostas inválidas, a escala foi invertida (5 menos a categoria original), de modo que valores mais elevados representem maior interesse. Por fim, o autoposicionamento ideológico na escala esquerda–direita foi tratado como variável contínua de 0 a 10, com a recodificação como ausentes das categorias que indicam desconhecimento do eixo ideológico (“não sabe o que é esquerda/direita”, “não sabe se é” e “não respondeu”), preservando-se apenas posicionamentos substantivos.

**Tabela 5 - Distribuição das variáveis independentes utilizadas nos modelos de regressão antes e depois das recodificações (ESEB 2022)**

Variável	Antes da recodificação	Depois da recodificação
Sexo	1 (Masculino) – 978 (48,9%) 2 (Feminino) – 1023 (51,1%)	0 (Feminino) – 1023 (51,1%) 1 (Masculino) – 978 (48,9%)
Escolarização	1 (Analfabeto/ nunca frequentou escola) – 35 (1,7%) 2 (Primário incompleto) – 128 (6,4%) 3 (Primário completo) – 163 (8,1%) 4 (Ginásio incompleto) – 146 (7,3%) 5 (Ginásio completo) – 166 (8,3%) 6 (Colegial incompleto) – 187 (9,3%) 7 (Colegial completo) – 711 (35,5%) 8 (Ensino universitário incompleto ou especialização) – 181 (9%) 9 (Ensino universitário completo) – 240 (12%) 10 (Pós-graduação ou mais) – 43 (2,1%) 99 (Não respondeu) – 1 (0%)	1 (Analfabeto/ nunca frequentou escola) – 35 (1,7%) 2 (Primário incompleto) – 128 (6,4%) 3 (Primário completo) – 163 (8,1%) 4 (Ginásio incompleto) – 146 (7,3%) 5 (Ginásio completo) – 166 (8,3%) 6 (Colegial incompleto) – 187 (9,3%) 7 (Colegial completo) – 711 (35,5%) 8 (Ensino universitário incompleto ou especialização) – 181 (9%) 9 (Ensino universitário completo) – 240 (12%) 10 (Pós-graduação ou mais) – 43 (2,1%)
Idade	ANO - Qual o ano de nascimento? Variável numérica.	2025 – (Ano de nascimento) Variável numérica.
Classe	1 (Setor Primário) – 59 (4,5%) 2 (Setor Secundário) – 151 (11,4%) 3 (Setor Terciário) – 1098 (83,2%) 97 (Nenhuma dessas. Outra?) – 1 (0,1%) 98 (Não sabe) – 7 (0,5%) 99 (Não respondeu) – 3 (0,2%)	1 (Setor Primário) – 59 (4,5%) 2 (Setor Secundário) – 151 (11,5%) 3 (Setor Terciário) – 1098 (83,9%)
Renda	Renda autodeclarada Variável numérica. 999997 (Não sabe) – 125 (6,2%) 999998 (Não respondeu) – 88 (4,4%)	Renda autodeclarada Variável numérica.
Religião	1 (Budista) – 4 (0,2%) 2 (Candomblé) – 17 (0,8%) 3 (Católica) – 983 (49,1%) 4 (Espírita Kardecista, Espiritualista) – 65 (3,2%) 5 (Evangélica) – 621 (31%) 6 (Judaica) – 4 (0,2%) 7 (Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová) – 12 (0,6%) 8 (Santo Daime, Esotérica) – 0 (0%) 9 (Seicho-No-Ie, Messiânica, Perfeita Liberdade) – 2 (0,1%) 10 (Umbanda) – 38 (1,9%) 95 (Outra. Qual?) - 0 (0%) 96 (É Ateu/Agnóstico/Não Acredita em Deus) – 32 (1,6%) 97 (Não tem Religião) – 202 (10,1%) 98 (Não respondeu) – 4 (0,2%)	1 (Católica) – 983 (49,3%) 2 (Evangélica) – 621 (31,1%) 3 (Não tem Religião) – 202 (10,1%) 4 (Outra Religião) – 188 (9,4%)

	99 (Não sabe) – 3 (0,1%)	
	100 (Acredita em Deus) – 5 (0,2%)	
	111 (Pagão) – 1 (0%)	
	102 (Cristão) – 8 (0,4%)	
Religiosidade	1 (Mais de uma vez por semana) – 352 (17,6%)	1 (Nunca vai à missa ou culto religioso) – 326 (16,3%)
	2 (Uma vez por semana) – 433 (21,6%)	2 (Raramente) – 430 (21,6%)
	3 (Uma ou duas vezes por semana) – 288 (14,4%)	3 (Algumas vezes por ano) – 165 (8,3%)
	4 (Algumas vezes por ano) – 165 (8,2%)	4 (Uma ou duas vezes por semana) – 288 (14,4%)
	5 (Raramente) – 430 (21,5%)	5 (Uma vez por semana) – 433 (21,7%)
	6 (Nunca vai à missa ou culto religioso) – 326 (16,3%)	6 (Mais de uma vez por semana) – 352 (17,7%)
	97 (Não sabe) – 4 (0,2%)	
	98 (Não respondeu) – 3 (0,1%)	
Interesse por política	1 (Muito interessado) – 358 (17,9%)	1 (Nada interessado) – 396 (19,9%)
	2 (Interessado) – 414 (20,7%)	2 (Pouco interessado) – 822 (41,3%)
	3 (Pouco interessado) – 822 (41,1%)	3 (Interessado) – 414 (20,8%)
	4 (Nada interessado) – 396 (19,8%)	4 (Muito interessado) – 358 (18%)
	97 (Não sabe) – 9 (0,4%)	
	98 (Não respondeu) – 2 (0,1%)	
Autoposicionamento ideológico	0 (Esquerda) a 10 (Direita)	0 (Esquerda) a 10 (Direita)
	95 Não sabe o que é direita ou esquerda – 164 (8,2%)	
	96 Não sabe se é de esquerda ou direita – 114 (5,7%)	
	98 Não respondeu – 36 (1,8%)	

Feito pelo autor. A tabela apresenta a distribuição das variáveis utilizadas nos modelos de regressão, comparando as categorias originais do questionário do ESEB 2022 com suas respectivas versões recodificadas para fins analíticos. As frequências e proporções referem-se ao número de respondentes válidos em cada etapa do processo de tratamento dos dados. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

## Determinantes da oposição à legalização do aborto

Para identificar os determinantes da oposição à legalização do aborto, estimei um modelo de regressão linear por mínimos quadrados ordinários (OLS), tendo como variável dependente um indicador binário de rejeição ao aborto legal (Tabela 6). A medida originalmente construída para captar a não oposição à legalização foi invertida (multiplicada por  $-1$ ), como descrito anteriormente, de modo que valores mais elevados passem a indicar maior oposição ao aborto, o que facilita a interpretação substantiva dos coeficientes estimados.

O modelo incorpora, como variáveis independentes, um conjunto de controles sociodemográficos e identitários amplamente empregados na literatura — sexo (ser homem), escolarização, idade, posição ocupacional setorial, renda domiciliar, religião, religiosidade, interesse por política e autoposicionamento ideológico (maior valor à direita) —, todos previamente recodificados e padronizados conforme descrito na subseção anterior. A estimação foi realizada sobre os casos válidos, com exclusão *listwise* das observações com

valores ausentes, resultando em uma amostra analítica de 1009 respondentes, permitindo avaliar o efeito marginal de cada covariável sobre a propensão à oposição ao aborto legal, mantendo constantes as demais características individuais.

**Tabela 6 - Determinantes da oposição à legalização do aborto 2022**

Variáveis Independentes	Oposição ao Aborto Legal
(Intercepto)	-0,58*** (0,11)
Homem	0,04 (0,03)
Escolarização	-0,02** (0,01)
Idade	0,00* (0,00)
Setor secundário (ref. Setor primário)	0,05 (0,07)
Setor terciário (ref. Setor primário)	0,03 (0,07)
Renda	-0,00 (0,00)
Evangélica (ref. Católica)	0,05 (0,03)
Sem Religião (ref. Católica)	-0,05 (0,05)
Outra Religião (ref. Católica)	-0,08 (0,04)
Religiosidade	0,04*** (0,01)
Interesse por política	-0,03* (0,01)
Direita	0,03*** (0,00)

Feita pelo autor. A tabela apresenta os coeficientes estimados de um modelo de regressão linear (OLS) em que a variável dependente indica a oposição à legalização do aborto. Valores positivos dos coeficientes indicam maior propensão à rejeição do aborto legal, mantendo constantes as demais variáveis do modelo. As estimativas controlam por características sociodemográficas e identitárias, incluindo sexo, escolarização, idade, classe ocupacional, renda, religião, religiosidade, interesse por política e autopsicionamento ideológico. Erros-padrão estão entre parênteses. Observações com respostas inválidas (não sabe e não respondeu) foram excluídas da análise. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

### Determinantes da adesão ao golpismo

Para examinar os determinantes da adesão ao golpismo, estimei, da mesma forma, um modelo de regressão linear por mínimos quadrados ordinários (OLS), tendo como variável dependente o escore fatorial contínuo de golpismo, construído a partir das três questões que avaliam a legitimidade atribuída a um golpe militar em distintos cenários de crise, como descrito anteriormente (Tabela 7). Por se tratar de um indicador contínuo e padronizado, a utilização do OLS permite interpretar os coeficientes como variações marginais na predisposição golpista associadas a cada covariável.

O modelo incorpora o mesmo conjunto de controles sociodemográficos e identitários — sexo (ser homem), escolarização, idade, posição ocupacional setorial, renda domiciliar, religião, religiosidade, interesse por política e autoposicionamento ideológico (maior valor à direita) — , todos previamente recodificados conforme descrito na seção metodológica. A estimação foi realizada com base nos casos completos, mediante exclusão *listwise* das observações com valores ausentes, resultando em uma amostra analítica de 974 respondentes. Esse procedimento permite estimar o efeito independente de cada variável explicativa sobre a disposição golpista, mantendo constantes as demais características individuais.

**Tabela 7 - Determinantes da adesão ao golpismo 2022**

Variáveis Independentes	Adesão ao golpismo
(Intercepto)	-0,63** (0,21)
Homem	0,01 (0,06)
Escolarização	-0,01 (0,01)
Idade	0,00 (0,00)
Setor secundário (ref. Setor primário)	-0,18 (0,15)
Setor terciário (ref. Setor primário)	-0,06 (0,13)
Renda	-0,00 (0,00)
Evangélica (ref. Católica)	0,16* (0,06)
Sem Religião (ref. Católica)	-0,03 (0,09)
Outra Religião (ref. Católica)	-0,08 (0,09)
Religiosidade	0,05** (0,02)
Interesse por política	-0,02 (0,03)
Direita	0,09*** (0,01)

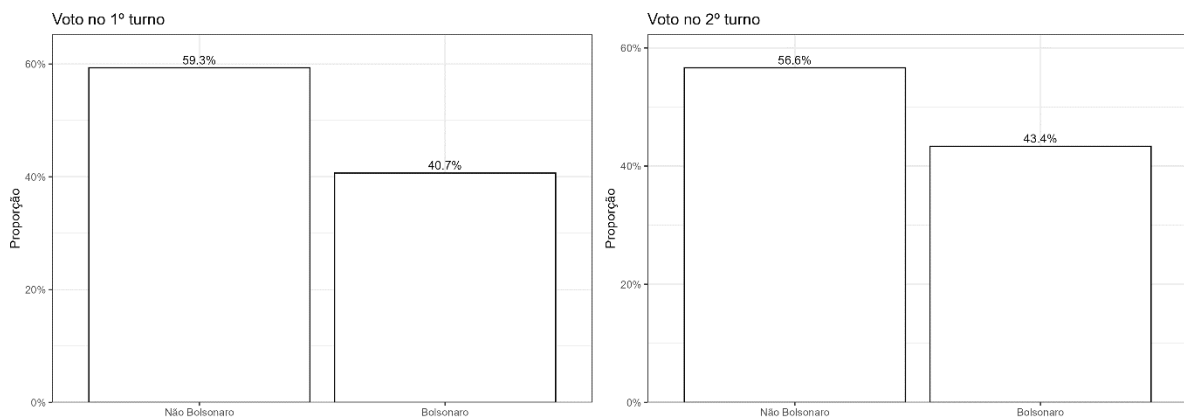
Feita pelo autor. A tabela apresenta os coeficientes estimados de um modelo de regressão linear (OLS) em que a variável dependente indica a adesão ao golpismo. Valores positivos dos coeficientes indicam maior propensão à apoiar um golpe militar, independente da justificativa, mantendo constantes as demais variáveis do modelo. As estimativas controlam por características sociodemográficas e identitárias, incluindo sexo, escolarização, idade, classe ocupacional, renda, religião, religiosidade, interesse por política e autoposicionamento ideológico. Erros-padrão estão entre parênteses. Observações com respostas inválidas (não sabe e não respondeu) foram excluídas da análise. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

## Operacionalização de voto em Bolsonaro – 1º e 2º turno

A variável de voto presidencial foi operacionalizada separadamente para o primeiro e o segundo turno das eleições de 2022, com base nas perguntas retrospectivas do ESEB, aplicadas exclusivamente aos respondentes que declararam ter comparecido à votação (Gráfico 9). No primeiro turno, as categorias residuais — “não sabe”, “não lembra” e “não respondeu” — foram tratadas como valores ausentes de modo a preservar apenas escolhas substantivas entre candidaturas. Em seguida, a medida foi dicotomizada para identificar o voto em Jair Bolsonaro, atribuindo-se o valor 1 aos eleitores que declararam voto no então presidente e o valor 0 a todos os demais votos válidos, independentemente do candidato escolhido, assim como para os registros de voto em branco ou nulo.

Procedimento equivalente foi adotado para o segundo turno. Após a exclusão de respostas inválidas, a variável foi recodificada em um indicador binário que distingue os eleitores de Bolsonaro (1) daqueles que votaram em Lula, em branco ou nulo (0). Essa estratégia permite captar de forma direta o alinhamento eleitoral com o polo associado ao discurso autoritário no pleito de 2022, assegurando comparabilidade entre os turnos e coerência com o argumento central do artigo sobre o “acordo tácito”, ao tratar o voto como um desfecho político observável de disposições normativas e autoritárias previamente mensuradas.

**Gráfico 9 - Distribuição do voto em Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022**



Feito pelo autor. Distribuição proporcional do voto em Jair Bolsonaro no primeiro e no segundo turno das eleições presidenciais de 2022. O painel à esquerda apresenta a dicotomização do voto no primeiro turno (1 = voto em Jair Bolsonaro; 0 = demais opções válidas), enquanto o painel à direita apresenta a mesma operacionalização para o segundo turno. As barras representam a proporção de respondentes em cada categoria, com os valores percentuais indicados acima das colunas. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

## Matching por vizinho mais próximo

Para estimar o efeito da atitude em relação ao aborto sobre a adesão ao golpismo e o comportamento eleitoral, minimizando vieses de confusão observáveis, implementei uma estratégia de *propensity score matching* (Tabela 2). Inicialmente, construí uma base analítica restrita aos casos com informações completas nas variáveis centrais, atitude frente ao aborto, escore de golpismo e voto nos dois turnos, bem como nos principais preditores sociodemográficos e identitários (aqui incluídas também nas variáveis de controle as respostas selecionadas como não sei e não respondeu, diferente dos modelos de regressão, para preservar casos).

Em seguida, estimei o escore de propensão por meio de um modelo logístico no qual a não oposição ao aborto (ser favorável ou “depende” - variável de tratamento) foi explicada por sexo, escolarização, posição ocupacional setorial, renda domiciliar, religião, interesse por política, autoposicionamento ideológico, ano de nascimento e religiosidade. Com base nesse escore, realizei o pareamento por vizinho mais próximo (nearest neighbor), sem reposição e com razão 1:1, emparelhando indivíduos contrários e não contrários ao aborto com perfis observáveis semelhantes.

O procedimento resultou em uma amostra balanceada de 270 tratados e 270 controles, reduzindo de forma substantiva os desequilíbrios iniciais entre os grupos. As estatísticas de balanceamento indicam queda expressiva das diferenças médias padronizadas para a maioria das covariáveis após o pareamento, bem como redução consistente das distâncias empíricas acumuladas (eCDF), o que sugere melhora significativa na comparabilidade entre tratados e controles – com exceção da variável de religiosidade que foi mantida no modelo final.

Por fim, a variável de aborto foi invertida no banco pareado para assegurar interpretação substantiva direta nos modelos subsequentes do efeito de se opor ao aborto, permitindo examinar o impacto da oposição ao aborto sobre os desfechos de interesse em um contexto de maior proximidade contrafactual entre os grupos.

## **Modelagem por Equações Estruturais – Mensurando o Acordo Tácito**

Com base na amostra pareada obtida por meio do *matching*, estimei uma estratégia de *Structural Equation Modeling* (SEM) para testar diretamente o mecanismo central do acordo tácito, segundo o qual a oposição ao aborto influencia o comportamento eleitoral de forma indireta, ao elevar a disposição golpista. O recurso à SEM permite especificar, em um único sistema de equações, relações encadeadas entre variáveis, distinguindo efeitos diretos e indiretos e identificando com precisão o papel mediador do golpismo.

Especificamente, estimei um modelo recursivo parcimonioso, composto por duas equações estruturais. Na primeira, o escore fatorial de golpismo é explicado pela oposição ao aborto, variável de interesse central, e pela religiosidade, incluída como controle a fim de isolar o efeito do alinhamento moral-reprodutivo associado a práticas religiosas mais intensas (Golpe ~ Aborto + Religiosidade). Na segunda equação, o voto em Bolsonaro é especificado como função do golpismo, operacionalizado separadamente para o primeiro e o segundo turno (Voto ~ Golpe). Os principais caminhos do modelo foram identificados por meio de labels (a e b), o que permite definir explicitamente o efeito indireto do aborto sobre o voto, calculado como o produto  $a*b$ .

A estimação foi conduzida por máxima verossimilhança (ML), com base em 540 observações (270 tratados e 270 controles), refletindo a estrutura balanceada da amostra pareada. Para cada turno eleitoral, foi estimado um modelo independente, mantendo-se idêntica a especificação estrutural, o que garante a comparabilidade substantiva dos resultados. Os outputs apresentam coeficientes padronizados e não padronizados, erros-padrão, testes de significância e indicadores globais de ajuste (Tabela 8). Em ambos os turnos, o modelo identifica um efeito indireto estatisticamente significativo da oposição ao aborto sobre o voto, mediado pelo golpismo, corroborando a hipótese de que atitudes reprodutivas operam como sinal político capaz de estruturar disposições autoritárias e, por esse mecanismo, orientar escolhas eleitorais.

**Tabela 8 - Modelos de equações estruturais (SEM): efeitos diretos e indiretos da oposição ao aborto sobre o voto presidencial, via golpismo**

Voto em Bolsonaro no 1º Turno						
	Estimador	Erro Padrão	Valor de Z	Valor de P	Dependente Padronizada	Modelo Padronizado
<b>Regressão:</b>						
Golpe ~ Aborto	0,518	0,077	6,744	< 0,001	0,518	0,279
Golpe ~ Religiosidade	0,053	0,023	2,357	0,018	0,053	0,097
Voto ~ Golpe	0,266	0,019	13,657	< 0,001	0,266	0,507
<b>Variância:</b>						
Golpe	0,783	0,048	16,432	< 0,001	0,783	0,906
Voto	0,177	0,011	16,432	< 0,001	0,177	0,743
<b>Efeito indireto:</b>						
Voto ~ Golpe ~ Aborto	0,138	0,023	6,047	< 0,001	0,138	0,141
Voto em Bolsonaro no 2º Turno						
	Estimador	Erro Padrão	Valor de Z	Valor de P	Dependente Padronizada	Modelo Padronizado
<b>Regressão:</b>						
Golpe ~ Aborto	0,518	0,077	6,744	< 0,001	0,518	0,279
Golpe ~ Religiosidade	0,053	0,023	2,357	0,018	0,053	0,097
Voto ~ Golpe	0,274	0,019	14,062	< 0,001	0,274	0,518
<b>Variância:</b>						
Golpe	0,783	0,048	16,432	< 0,001	0,783	0,906
Voto	0,177	0,011	16,432	< 0,001	0,177	0,732
<b>Efeito indireto:</b>						
Voto ~ Golpe ~ Aborto	0,142	0,023	6,081	< 0,001	0,142	0,144

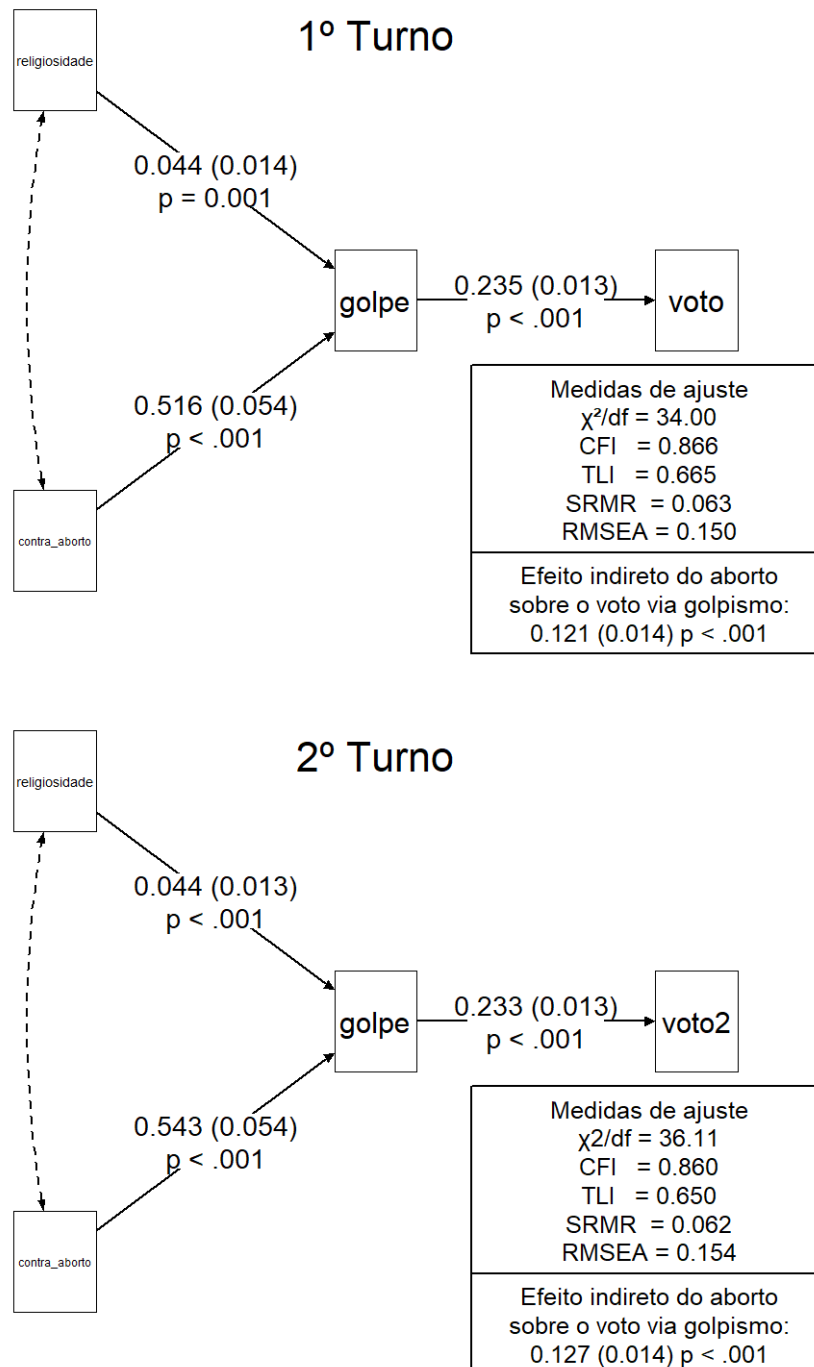
Feito pelo autor. A tabela apresenta os coeficientes estimados dos modelos de equações estruturais (SEM) estimados sobre a base pareada por *matching*, separadamente para o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais de 2022. São reportados os coeficientes não padronizados, seus erros-padrão, estatísticas z e valores de p, bem como dois tipos de coeficientes padronizados: “dependente padronizada”, que padroniza apenas a variável dependente (latente ou endógena), e “modelo padronizado”, que corresponde ao coeficiente totalmente padronizado e permite comparar a magnitude relativa dos efeitos entre caminhos distintos do modelo. O efeito indireto da oposição ao aborto sobre o voto é calculado como o produto dos coeficientes dos caminhos aborto → golpismo e golpismo → voto. Todas as estimativas foram obtidas por máxima verossimilhança (ML). Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

Como teste adicional de robustez, os modelos de equações estruturais (SEM) foram reestimados com a amostra completa não pareada do ESEB 2022, mantendo-se a mesma especificação estrutural adotada na análise com *matching* (Gráfico 10). Nessa etapa, a oposição à legalização do aborto foi operacionalizada diretamente como variável explicativa, preservando-se a religiosidade como controle na equação do golpismo e o voto em Bolsonaro como desfecho final, estimado separadamente para o primeiro e o segundo turno. A estimação

foi conduzida por máxima verossimilhança (ML), com amostras substancialmente maiores — cerca de 1.470 observações válidas —, o que amplia o poder estatístico dos testes.

Os resultados obtidos com a amostra completa mostram-se substantivamente consistentes com aqueles observados na base pareada: a oposição ao aborto exerce efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a disposição golpista, a qual, por sua vez, influencia de maneira robusta o voto em Bolsonaro em ambos os turnos. O efeito indireto do aborto sobre o voto, mediado pelo golpismo, permanece significativo e apresenta magnitude semelhante à estimada na análise com *matching*. Ademais, os modelos ajustados com a amostra não pareada exibem indicadores globais de ajuste superiores — como valores mais elevados de CFI e TLI e SRMR mais baixo —, refletindo maior estabilidade estatística associada ao aumento do tamanho amostral. Em conjunto, esses testes reforçam a solidez empírica dos achados centrais do artigo, indicando que o mecanismo proposto do acordo tácito não é sensível à estratégia de balanceamento amostral empregada e a redução amostral decorrente.

**Gráfico 10 – Teste de Robustez: Efeitos da oposição à legalização do aborto sobre adesão ao golpismo e voto em Bolsonaro com amostra completa**



Feito pelo autor. Modelos de equações estruturais estimados na amostra completa (n = 1466 no 1º Turno e n = 1477 no 2º Turno) mostram o encadeamento aborto → golpismo → voto em Bolsonaro. As setas apresentam coeficientes e níveis de significância. Estimativas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2022).

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.